



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**DOS MODELOS CLASSIFICATÓRIOS TRADICIONAIS NA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO À FOLKSONOMIA: UM ENFOQUE
DISCURSIVO**

Lívia de Lima Reis

São Carlos

2012



Universidade Federal de São Carlos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**DOS MODELOS CLASSIFICATÓRIOS TRADICIONAIS NA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO À FOLKSONOMIA: UM ENFOQUE
DISCURSIVO**

LÍVIA DE LIMA REIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientação: Profa. Dra. Cristine Gorski Severo

SÃO CARLOS

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

R375mc

Reis, Livia de Lima.

Dos modelos classificatórios tradicionais na ciência da
informação à folksonomia : um enfoque discursivo / Livia de
Lima Reis. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
89 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2012.

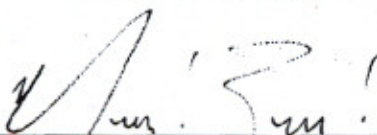
1. Análise do discurso. 2. Classificação (Representação
temática). 3. Folksonomia. 4. Web 2.0. 5. Biblioteconomia. 6.
Ciência da informação. I. Título.

CDD: 401.41 (20ª)

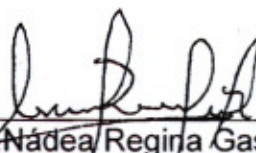
**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
LIVIA DE LIMA REIS**



Prof^a. Dr^a. Cristine Gorski Severo
Orientadora e Presidente
UFSCar/São Carlos



Prof. Dr. Marcelo El Khouri Buzato
Membro titular
UNICAMP/Campinas



Prof^a. Dr^a. Nádea Regija Gaspar
Membro titular
UFSCar/São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 3/maio/2012.
Homologada na 50 reunião da CPGL, realizada em 24/05/2012.



Prof. Dr. Oto Araújo Vale
Coordenador do PPGL

Para meus pais, Maria Clara e José.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida orientadora Cristine Gorski Severo, pela compreensão, atenção, disponibilidade, ensinamentos e pelo direcionamento desta pesquisa.

Agradeço à professora Nádea Regina Gaspar pela confiança e por me orientar no caminho que me trouxe ao mestrado.

Agradeço à professora Luciana de Souza Gracioso e, mais uma vez, à professora Nádea Regina Gaspar pelas sugestões no momento da qualificação.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar

E, por fim, agradeço ao Fábio F., aos parentes e amigos que me acompanharam nesta jornada, em especial às amigas de mestrado Daiane, Denise, Lícia e Lilian, com quem compartilhei frustrações e realizações, e aos amigos Hélio e Nagai, sempre dispostos a ajudar.

RESUMO

REIS, Livia de Lima. *Dos modelos classificatórios tradicionais na Ciência da Informação à folksonomia: um enfoque discursivo*. São Carlos, 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos.

Esta pesquisa trata dos modelos de organização e classificação das informações na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, priorizando uma forma mais dialógica de organização das informações, a folksonomia. Inicialmente, trata-se de compreender, por meio dos métodos arqueológico e genealógico de Foucault, as condições de possibilidade de dois tipos diferentes de procedimentos de classificação, um tradicional e outro contemporâneo. Para tanto, será feita uma contextualização do campo de saber da Biblioteconomia e Ciência da Informação, dos modelos de organização das informações utilizados por ele, e das tendências de estudo neste campo. Na sequência, a partir de categorias teóricas oriundas dos trabalhos de Bakhtin e de Foucault, pretende-se analisar diferentes formas de classificação do conhecimento e as concepções de língua subjacentes a eles. Alguns resultados indicam que há uma nova forma de circulação do poder na prática da folksonomia, tomada como uma ferramenta colaborativa de organização de informações da Web 2.0, em que os próprios sujeitos funcionam como instâncias de regulamentação de discursos e criação de novos conceitos. As reflexões analíticas ilustram a possibilidade da ação responsiva dos sujeitos na Internet através da manipulação linguística na criação de *tags* vinculadas a universos semânticos diferenciados. Tentou-se localizar pontos de resistências focalizando as práticas linguístico-discursivas da folksonomia como *locus* de mudanças sociais. A Web 2.0 funciona segundo uma dinâmica do poder de incitação à circulação e ao relacionamento online, assim, a folksonomia funciona também como um tipo de rede social que possibilita relacionamentos entre sujeitos com os mesmos interesses, além de uma organização de conteúdos criativa, personalizada e colaborativa. A respeito das tendências atuais de estudos do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a folksonomia tem funcionado como uma ferramenta de auxílio nas abordagens que levam em consideração o sujeito e o contexto de uso da informação na utilização de linguagens documentárias.

Palavras-chave: Folksonomia. Discurso. Poder. Web 2.0. Biblioteconomia. Ciência da Informação.

ABSTRACT

REIS, Livia de Lima. *From classification traditional models in Information Science to folksonomy: a approach discursive*. São Carlos, 2012. Dissertation (Master in Linguistic) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos.

This research is about the models of organization and classification of information in the field of Librarianship and Information Science, prioritizing a more dialogical form of organization of information, the folksonomy. Initially, we aim to understand, through the archaeological and genealogical Foucault's methods, the conditions of possibility of two different classification procedures, one traditional and other contemporary. For doing this, a contextualization of the field of knowledge called Librarianship and Information Science will be presented, as well as the models of information organization used, and this field's tendencies. In sequence, considering the theoretical categories derived from the works of Bakhtin and Foucault, we will analyze different forms of classification of knowledge and of language concepts that underlie them. Some of the results indicate that there is a new form of power implied in the social practice of folksonomy, understood as one collaborative tool to organize the information in the Web 2.0, in which the subjects themselves act in the regulation of discourse and in the creation of new concepts. The analytical reflections illustrate that the subjects act in a responsive way on the internet by manipulating linguistic features through the creation of tags related to different semantic universes. We also intended to locate points of resistance focusing on the linguistic and discursive practices of folksonomy as a locus of social change. The Web 2.0 works based on a dynamics of incitement and pleasure which reinforces the flow of information and online relationships, thus, folksonomy works like a type of social network which allows relationships among the subjects with the same interests through the use of a creative, collaborative and personalized way of content organization. Regarding the current trends of studies in the field of Librarianship and Information Science, folksonomy has functioned as a tool to assist the approaches that take into account the users and context of use of information in documentary languages.

Key-words: Folksonomy. Discourse. Power. Web 2.0. Librarianship. Information Science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Árvore Baniana.....	21
Figura 2. <i>Tags</i> no <i>Amazon</i>	61
Figura 3. <i>Tags</i> no <i>Flickr</i>	63
Figura 4. Nuvem de <i>tags</i> do <i>Flickr</i>	65
Figura 5. Nuvem de <i>tags</i> do <i>Last.fm</i>	67
Figura 6. Nuvem de <i>tags</i> do <i>Last.fm</i>	69
Figura 7. <i>Tag</i> <u>sertanejo</u> no <i>Last.fm</i>	71
Figura 8. <i>Tag</i> <u>cornu music</u> no <i>Last.fm</i>	72
Figura 9. <i>Tag</i> <u>lixo</u> no <i>Last.fm</i>	72
Figura 10. <i>Tag</i> <u>musica classica</u> no <i>Last.fm</i>	74
Figura 11. <i>Tag</i> <u>musica clasica</u> no <i>Last.fm</i>	74
Figura 12. <i>Tag</i> <u>sublime</u> no <i>Last.fm</i>	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 CONTEXTUALIZAÇÃO: A ERA DA INFORMAÇÃO, A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A FOLKSONOMIA	9
<i>2.1 Era da Informação: a configuração de novos procedimentos de poder</i>	9
<i>2.2 Biblioteconomia e Ciência da Informação: da constituição como campo científico às tendências atuais</i>	12
<i>2.3 Sobre a folksonomia</i>	27
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REFLEXÕES ANALÍTICAS	37
<i>3.1 Episteme, Saber e Poder</i>	37
<i>3.1.1 As epistemes e os modelos classificatórios: O caso da história natural</i>	38
<i>3.1.2 As Relações de poder e a produção de saber</i>	41
<i>3.2 Significação, tema e o problema da compreensão</i>	48
<i>3.3 A folksonomia, os sentidos e o poder</i>	57
4 PALAVRAS FINAIS	77
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

A classificação dos documentos, tomando-se como critério seus assuntos, serve ao propósito de possibilitar a localização de informações nos acervos das bibliotecas. Os primeiros sistemas de classificação bibliográfica surgiram da necessidade de organização física dos livros nas estantes. No método tradicional de classificação bibliográfica, os documentos são agrupados segundo seus assuntos com o auxílio dos esquemas previamente construídos de classificação. Os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica mais utilizados mundialmente são a CDD (Classificação Decimal de Dewey), a qual foi elaborada no século XIX segundo um modelo científico e naturalista tendo sua 1ª edição no ano de 1876, e a CDU (Classificação Decimal Universal), que surgiu no século XX a partir da 5ª edição da CDD do ano de 1894 e pretendia atender a demanda de organização de documentos especializados, consolidando, com isso, o campo da Documentação. Com o surgimento das novas tecnologias, logo após a Segunda Guerra Mundial, houve iniciativas para automatizar a recuperação da informação¹. Juntamente com o desenvolvimento de computadores que pudessem armazenar e propiciar uma recuperação da informação por meio de associações semelhantes ao que hoje chamamos de hipertexto, foram criadas também as redes de computadores, que mais tarde se configuraram na Internet. Em consequência disso, veio também a necessidade de novas formas de organização das informações que fossem apropriadas para organizar os conteúdos digitais. Atualmente, no meio eletrônico são utilizadas as ontologias, taxonomias para navegação e os tesouros para organizar as informações online.

Tratando-se de Internet, o conceito de Web vem evoluindo e já é realidade a Web 3.0, ou Web Semântica, porém nesta pesquisa será abordado o contexto da Web 2.0, mais especificamente de um de seus instrumentos de organização das informações, que é a folksonomia. Trata-se, de forma geral, de uma prática ainda recente que possibilita a qualquer pessoa atribuir *tags*, as quais são palavras escolhidas para representar conteúdos online. Pela folksonomia são permitidas representações variadas de conteúdos e avaliações sociais de temas e categorias advindas de diversos pontos de vista. Assim, conteúdos interdisciplinares podem se relacionar de amplas maneiras sem

¹ Atividade de recuperar documentos armazenados. Para isso, os documentos são representados por meio de palavras-chaves e organizados de forma a serem recuperados mais facilmente.

que sejam enquadrados e cristalizados por uma única categoria de classificação, mesmo porque, na Web as informações são digitais, o que possibilita essa relação mais ampla entre os textos pela navegação hipertextual. Por isso, a folksonomia pode ser considerada uma prática social e colaborativa de organização do conhecimento disponibilizado na Internet e que, também, pode ser apropriada como uma forma de garantia da linguagem utilizada pelos usuários no momento da busca por informações auxiliando, portanto, no trabalho de classificação das informações no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Nessa prática, como será mostrado mais adiante nas análises, através de fóruns e caixas de mensagens para cada *tag* é possível a avaliação e negociação das palavras que melhor representam os conteúdos disponibilizados para a classificação colaborativa. E ainda, por ser uma prática livre permitindo a ação criativa, pode refletir as transformações que se dão no âmbito conceitual e que são decorrentes do uso da língua.

O conhecimento surge das experiências adquiridas da interação dos indivíduos com o mundo, os quais buscam formas de compreendê-lo, de organizá-lo e de representá-lo através dos conceitos, para que possam agir responsivamente nas esferas de atividade onde estão inseridos. Os conceitos não são criados por um único indivíduo e, sim, por indivíduos socialmente organizados. Bakhtin e seu Círculo (1997) fornecem o aporte teórico para entender como os signos são constituídos socialmente a partir de uma realidade essencialmente material para então constituir, discursivamente, a consciência individual e possibilitar aos indivíduos organizados em grupos, seja por meio do trabalho, da família, da escola, do lazer, agirem responsivamente na sociedade. Tais signos, que surgem nas diversas esferas da atividade cotidiana dos indivíduos, vão configurando os diversos níveis da ideologia em meio a forças centrípetas que procuram uma estabilização dos sentidos e forças centrífugas que tendem a uma abertura para múltiplas significações. Os diferentes níveis da ideologia se relacionam mutuamente, sendo que a ideologia do cotidiano é tanto impulsionada por forças centrífugas que produzem variabilidades de significações, como sofre influências de regras oficializadas. Já a esfera dos sistemas ideológicos institucionalmente constituídos é regulada por forças centrípetas que tendem a um fechamento dos sentidos, embora também sofra, em menor intensidade, as implicações dos atos criativos do cotidiano. Já para Michel Foucault (1999), o poder circula onde há liberdade portanto, traçando um paralelo desta abordagem foucaultiana com a perspectiva bakhtiniana do funcionamento

da ideologia, onde há possibilidades de escolhas para as ações responsivas dos sujeitos. Assim, em todos os campos da atividade humana há relações de poder e, também, uma forma de se resistir a ele. A relação entre saber-poder, para Foucault, é uma relação de força e resistência. Deste modo, o poder circula amplamente onde há espaço de liberdade, ou seja, onde há a submissão a alguma força de poder ou onde, por meio da ação criativa, se resiste a essa força. Considerando esta visão, entende-se que é nas ações cotidianas das múltiplas esferas da atividade humana onde há a possibilidade de se transgredir regras, de se ter uma ação criativa, provocando mudanças em sistemas já constituídos por algum tipo de convenção.

Como mostrados por Foucault, diferentes procedimentos de poder implicam em novas formas de se relacionar com as coisas do mundo produzindo transformações na história dos saberes. Tais transformações repercutem em novas formas de organização do conhecimento, ponto de partida para as análises deste trabalho. Vinculados à *episteme* de uma época, os procedimentos de poder partem das instituições sociais configurando aos discursos um dado efeito de verdade e legitimidade. Assim, o conhecimento não surge de forma natural ou neutra, mas está vinculado diretamente à noção de saber-poder, ou seja, é regido por regras de formação que fazem circular um certo discurso e não outro, vinculado à *episteme* de uma época que valida e legitima o dizer. Neste trabalho, a relação entre saber-poder é importante na medida em que uma nova prática, como a folksonomia, de organização do conhecimento passa a ser considerada pelo campo da Ciência da Informação. Ou seja, uma prática de classificação social sem o apoio teórico-metodológico advindo de um campo oficializado e regulamentado de saber. Com isso, questiona-se: tais práticas reorganizam esse campo disciplinar instaurando novas regras de organização e classificação das informações? Em que medida essas novas práticas configuram uma nova *episteme* que não mais fundamentada nos modelos classificatórios tradicionais? O contexto moderno traz novas configurações para os regimes (disciplinares) de saber?

A presente pesquisa se organiza em dois grandes capítulos: No primeiro capítulo, a título de contextualização da realidade contemporânea, serão consideradas as reflexões feitas por Castells (2001) sobre a Era da Informação em sua obra *A Sociedade em rede*, para que possamos compreender como a informação e o conhecimento foram se tornando objetos de maior valor em nossa sociedade, a chamada sociedade da informação. Essas transformações, propiciadas pelas novas tecnologias de informação,

trouxeram novas visões de mundo que se estendem aos diversos campos da atividade humana. Essa contextualização se faz importante para entendermos a época em que estamos inseridos, época esta em que a informação e a capacidade mental dos indivíduos são os componentes mais valorizados. Ainda no primeiro capítulo, será apresentado também um breve histórico do campo disciplinar da Ciência da Informação e como ele foi se constituindo em meio à Biblioteconomia e à Documentação. Duas correntes são consideradas na configuração deste campo, uma europeia e outra norte-americana. A corrente europeia indica que a Ciência da Informação surgiu com a constituição do campo da Documentação pelos advogados belgas Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943). Já a corrente norte-americana indica que as bases da Ciência da Informação começaram a se configurar com as idéias de Vannevar Bush sobre recuperação de documentos interligados, similarmente ao que hoje conhecemos por hipertexto. As idéias de Bush foram importantes para o desenvolvimento da era digital. Esse histórico servirá para se entender as condições de produção dos saberes sobre a organização das informações, saberes esses que têm como um de seus procedimentos principais a classificação das informações. Fechando o primeiro capítulo, será feita uma exposição reflexiva sobre a folksonomia.

No segundo capítulo, a partir dos conceitos foucaultianos de saber-poder e de poder disciplinar, serão retomadas e discutidas a relação entre saber e poder na Ciência da Informação e na prática classificatória; na sequência, as noções de tema, significação e de compreensão segundo Bakhtin serão aplicadas à compreensão da prática da folksonomia no processo de produção dos sentidos. Sobre o corpus da pesquisa, para entender o processo dialógico da folksonomia, serão analisadas algumas *tags* atribuídas a diferentes conteúdos nos sites *Amazon* (site de comércio eletrônico), *Flickr* (site que armazena fotografias) e *Last.fm* (site que armazena músicas). Por fim, segue a conclusão. Sobre a formatação geral da dissertação, optou-se por apresentar as análises e ilustrações juntamente à explanação das noções teóricas que serão utilizadas, mantendo o texto mais coeso e evitando, com isso, repetições e falta de linearidade.

Esta pesquisa trata, portanto, dos modelos de organização e classificação das informações na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Tendo como aporte teórico os trabalhos de Michel Foucault sobre a relação poder-saber, busca-se entender as transformações ocorridas neste campo. O método genealógico de Foucault, centrado na relação entre discursos e poder, consiste em analisar como um certo discurso vai se

formando efetivamente, se reorganizando internamente, sofrendo críticas e se replicando por meio de forças que o interpelam externamente. Tais observações não servirão de base para a visualização de uma cadeia evolutiva nos saberes da Biblioteconomia, mas sim para a constatação das transformações ocorridas, pois os saberes se transformam em meio a poderes e resistências inscritos em procedimentos de cada época. Já por meio do método arqueológico de Foucault busca-se entender como as *epistemes* de diferentes épocas configuram os discursos e práticas, influenciando também na prática da organização do conhecimento em cada período específico. Além da relação entre saber e poder proposta por Foucault, a dissertação também se apoiará na teoria de Bakhtin e seu Círculo com vistas a aprofundar o problema da significação, abordando, por exemplo, as distinções entre sentido e tema presentes nas representações de assuntos, e de compreensões ativa e passiva; a noção de dialogismo também será útil para se analisar a maneira pela qual a folksonomia oferece um modo de classificar mais dialógico em relação ao método classificatório tradicional. Os sistemas ideológicos institucionalizados estão diretamente implicados no contexto diário dos sujeitos, ao mesmo tempo em que estes podem transformá-los através de atos éticos responsivos. Mas essas transformações não são provocadas por um único sujeito, mas sim pelos indivíduos socialmente organizados, ou seja, pelas consciências que são formadas de signos ideológicos. É na liberdade do ato responsivo que opera a relação entre poder e resistência. A teoria bakhtiniana ajudará no entendimento dos procedimentos de classificação em suas especificidades no que diz respeito ao processo de veiculação dos sentidos envolvidos na representação. Assim, mais questões são postas à pesquisa: Para suprir quais necessidades seria a folksonomia incorporada pela área da Ciência da Informação? Em que medida é permitido à folksonomia estar lado a lado com o método tradicional, instaurando uma maneira mais dialógica e participativa de organização das informações? Quais as suas especificidades? Como um saber que surge do contato direto com práticas cotidianas passa a ser legitimado e incorporado pelo campo científico?

2 CONTEXTUALIZAÇÃO: A ERA DA INFORMAÇÃO, A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A FOLKSONOMIA

Neste capítulo serão apresentadas três seções. A primeira trata da época atual, a Era da Informação, a qual caracteriza a sociedade da informação. Nesta época são fortemente valorizadas a informação, as novas tecnologias de comunicação e a capacidade dos indivíduos de encontrar soluções criativas para os problemas e limitações do cotidiano. Na segunda seção será traçado um breve histórico da constituição do campo disciplinar da Ciência da Informação a partir de outros dois campos de atuação, quais sejam, a Biblioteconomia e a Documentação, apresentando a questão da organização da informação desde suas práticas mais remotas até a realidade atual da Era da Informação, a qual suscita novas formas de organizar as informações. Na terceira seção, a partir de outras reflexões sobre as tendências teóricas do campo da Ciência da Informação, será discutido o uso da folksonomia como uma prática de classificação social que auxilia a organização das informações neste campo, podendo ser feita por qualquer usuário das informações para organizar diversos conteúdos on-line.

2.1 Era da Informação: a configuração de novos procedimentos de poder

Atualmente, as relações entre as pessoas, as culturas, os saberes, etc., são configuradas pela globalização por meio de redes sociais on-line que possibilitam uma maior integração social e favorecem o compartilhamento de informações por meio da Internet. A globalização teve início na época dos descobrimentos e se desenvolveu plenamente com as revoluções tecnológicas pós Segunda Guerra Mundial, sendo potencializada pelo capitalismo monopolista das grandes corporações. O modo de produção capitalista passou, pelas fases: comercial, industrial e financeira. Atualmente, fala-se em capitalismo informacional. Karl Marx (1818-1883) parte de uma perspectiva histórica pela qual explica que o capitalismo foi se configurando a partir do momento em que as relações econômicas no feudalismo foram dando lugar a esse novo modo de produção, que iniciou seu processo de geração na Idade Moderna encontrando sua plenitude na Revolução Industrial. Já, Max Weber (1864-1920) destaca os fatores culturais envolvidos em sua concepção, os quais advêm do movimento da Reforma

Protestante na Europa (século XVI), que instaurou um modo de pensar de extrema valorização do trabalho na busca da salvação individual. Com a Revolução Industrial, o processo de produção foi se transferindo gradativamente da oficina artesanal para a fábrica, atingindo seu auge em meados do século XIX. A população do campo migrou, em grande parte, para trabalhar nas fábricas, fazendo crescer rapidamente o proletariado (CATANI, 1994). Se observarmos as relações humanas a partir do ponto de vista histórico dos modos de produção, considerando suas repercussões tecnológicas, percebe-se que todas as esferas das atividades humanas estão vinculadas a eles com implicações diretas na organização das rotinas diárias:

Apesar de serem organizadas em paradigmas oriundos das esferas dominantes da sociedade (por exemplo, o processo produtivo, o complexo industrial militar), a tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e modificando-os. Dessa forma, os modos de desenvolvimento modelam toda a esfera de comportamento, inclusive a comunicação simbólica. [...] Portanto, devemos esperar o surgimento de novas formas históricas de interação, controle e interação social. (CASTELLS, 2001, p. 54)

As mudanças nos modos de produção e, conseqüentemente, nas atividades cotidianas, transformam as maneiras de se visualizar as coisas no mundo, inclusive, para usar um termo foucaultiano, a *episteme* de nossa época, uma vez que novas configurações de relações de poder emergem. Segundo Castells (2001), a nova estrutura social está intrinsecamente ligada ao novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, “historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX” (CASTELLS, 2001, p. 51) e baseada nas tecnologias de conhecimento e informação. Com início na época do forte desenvolvimento industrial, um rigoroso controle dos corpos passou a ser exercido com a finalidade de tirar deles o máximo que conseguissem produzir. Essa disciplina reguladora dos corpos, da qual nos fala Foucault na obra *Vigiar e Punir* (1975), já não é mais o único procedimento de poder na Era da Informação, pois o foco não é apenas a produção em si, mas sim a capacidade mental dos indivíduos, por exemplo: “os chips são feitos de silício, ou seja, areia, e em pouca quantidade. O valor está, sobretudo, no projeto do chip e no projeto das complexas máquinas que o produzem. Está no conteúdo intelectual, não físico.” (STEWART, 2004, p.12).

O processo, então irreversível, sobre a importância capital do conhecimento na modelagem de uma sociedade consolidou o conceito de sociedade pós-

industrial ou sociedade da informação ou sociedade do conhecimento. Os contornos da sociedade da informação vislumbrados nos anos 1960 e 1970 adquirem forma e, sobretudo, passam a orientar as regras da economia (ALVARES; ARAÚJO, 2010, p.202)

Na Revolução Industrial, a ordem necessária era a da disciplina com o controle minucioso dos gestos e do tempo, uma vez que os corpos deviam produzir sempre mais. Já, na Era da Informação no final do século XX, notam-se que ocorreram transformações, dentre elas o fato de as relações humanas começarem a ser regidas por uma outra dinâmica de poder que faz com que os indivíduos se sintam à vontade, livres para criar, julgar e sentir. Assim, o poder começa agir de uma outra maneira que não mais apenas controlando/disciplinando os corpos. Deseja-se que se produza, mas não mais aquela produção em massa dos operários, e sim a produção intelectual. Nesse contexto, o nível de formação dos sujeitos é o quesito mais importante. Hoje o valor está centrado na capacidade mental dos indivíduos. Logo, na economia da Era da Informação, as “fontes fundamentais de riqueza são o conhecimento e a comunicação, e não os recursos naturais ou o trabalho físico” (STEWART, 2004, p. 6). O trabalho humano, definido pelo capitalismo, atualmente gira em torno da informação e do conhecimento, ou seja, “a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 2001 p. 53). Nessa Era da Informação, uma das características é que “a informação é sua matéria-prima: *são tecnologias para agir sobre a informação*, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores” (CASTELLS 2001, p. 108; grifo do autor). Segundo Castells (2001, p. 108-109), outras características das tecnologias na Era da Informação são a “penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias” nas atividades humanas, as relações movidas pela “lógica de redes”, a “flexibilidade” nas instituições e organizações e, por último, a “convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado” fazendo com que a “microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores” sejam integrados aos sistemas de informação.

A informação surge como insumo e produto dos mais valorizados principalmente porque, a partir de meados dos anos de 1980, ela começou a ser encarada como “estratégica”, notadamente, pelos países desenvolvidos, embora, a literatura econômica internacional já viesse tratando do assunto desde a década de 1960. (PEREIRA; BUFREM, 2005, p.21)

Tendo feita esta breve explanação do contexto atual intitulado “Era da

informação”, em seguida serão explanados a constituição do campo da Ciência da Informação e, também, as tendências de estudos da área. Ressalta-se que tais contextualizações e histórico serão retomados no capítulo seguinte para fins de discussão e análise.

2.2 Biblioteconomia e Ciência da Informação: da constituição como campo científico às tendências atuais

De início, notam-se algumas controvérsias entre os autores sobre o surgimento da Ciência da Informação: as pesquisas apontam para as bases de seu surgimento a partir da constituição do campo da Documentação pelos advogados Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943). A respeito da nomenclatura deste campo de saber:

o primeiro registro que se conhece é de 1802, com o termo bibliografia. Em 1818, registra-se librarianship, seguido por library science em 1851, quando ocorre pela primeira vez o nome para o estudo de livros e bibliotecas. Em 1903, Paul Otlet cunha o termo documentation para designar o processo de fornecimento de documentos para os que estão em busca de informação, traduzido para o inglês em 1908. (ALVARES; ARAÚJO, 2010, p.196)

Traçando um breve histórico a respeito da organização dos registros de conhecimento a partir da Idade Média, tem-se que o conhecimento era registrado nos chamados códices – a princípio compostos por placas rígidas, e depois por folhas dobráveis, que eram amarradas e organizadas conforme seus tamanhos, não havendo um sistema de classificação bibliográfica. A socialização do conhecimento era limitada, pois a reprodução de documentos era reduzida por não existir imprensa, e também, as bibliotecas não eram abertas ao público, uma vez que elas eram reservadas aos sacerdotes das Igrejas e aos nobres. Devido a isso não era necessário um sistema complexo de classificação e organização das informações. Nesta época, o conhecimento se organizava em 7 disciplinas que se dividiam em dois grupos, o trivium e o quadrivium, e eram consideradas preparatórias para os estudos superiores. Estes dois grupos de disciplinas formavam as sete artes liberais, conceito que tem sua origem na Antiguidade. Por volta do século XII, com o surgimento das universidades, “pela primeira vez, funda-se e organiza-se uma instituição cuja identidade primeira é a

dedicação ao estudo” (OLIVEIRA, 2007, p. 124). Uma nova ordem dos saberes, então, se configurou. Segundo Oliveira (2007, p. 124), apesar de o cristianismo impulsionar o desenvolvimento das escolas, “a universidade é um locus novo, pois seu princípio não é mais o ensino no qual a religião é o seu fim, mas, o saber”. Por meio das universidades medievais o pensamento empírico de Aristóteles começou a se introduzir no ocidente. Iniciaram-se as mudanças teóricas e, principalmente na universidade de Paris, o embate teórico entre teologia e filosofia. (OLIVEIRA, 2007)

A imprensa de Gutemberg, por volta de 1440, causou uma revolução nas formas de leitura. Os manuscritos que antes eram reproduzidos pelos monges copistas, os códices, se transformaram no que hoje conhecemos por livro, modificando as formas de organização dos documentos e retirando das bibliotecas o trabalho de cópia dos manuscritos. Tal fato culminou no rompimento do monopólio exercido pela Igreja na reprodução desses manuscritos. Da nova atmosfera que envolveu o Renascimento, surgiu uma outra necessidade de organização do espaço da biblioteca e da distribuição dos livros para disponibilizá-los aos leitores. O primeiro sistema formal de classificação bibliográfica de que se tem notícia, segundo o estudioso de classificação Edward Edwards foi o *Pandectarum*, criado por Konrad von Gesner (1516-65), naturalista suíço, e datado de 1545-48 (PIEDADE, 1977). Nesta época renascentista o bibliotecário passou a ter uma importância social.

Já no século XVII, na Europa primeiramente, o conceito de biblioteca pública moderna tomou impulso com as bibliotecas financiadas por mecenas e abertas gratuitamente ao público (ORTEGA, 2004). Assim, Gabriel Naudé, com a publicação de sua obra *Advis pour dresser une bibliothèque*, cuja primeira edição é do ano de 1627,

escreveu os primeiros princípios da Biblioteconomia moderna. [...] Naudé trabalhou com a idéia da "ordem bibliográfica", a qual permitiria o acesso e o compartilhamento do saber, conduzindo a uma organização da razão política. [...] Naudé apresentou a biblioteca como necessariamente pública e universal (ORTEGA, 2004, s. p.)

As práticas dos bibliotecários, contudo, começaram a ser sistematizadas somente no século XIX. Melvil Dewey (1851–1931) estudou as classificações do conhecimento feitas por Aristóteles, Bacon e Locke, além de receber influências do sistema de classificação bibliográfica de William Torrey Harris, o qual propôs uma inversão da classificação de Bacon. Em 1876, publicou a obra *Classification and Subject Index for*

Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library, no qual dividiu o conhecimento humano em cerca de 1000 classes, o que ficou conhecido como a 1ª edição da CDD. Este sistema é um dos mais utilizados atualmente em bibliotecas públicas. Desde sua produção no séc. XIX, a CDD veio sendo modificada e expandida até a sua vigésima segunda edição de 2004. Tal sistema classificatório representa os assuntos por meio de códigos decimais. É composto por hierarquias dividindo todo o conhecimento em dez classes principais, cada qual apresentando dez divisões que estão subdivididas em 10 seções. A CDD, no entanto, foi criada para a organização física das estantes de uma biblioteca, possibilitando uma localização física exata para cada livro.

O conceito de biblioteca pública havia conferido aos bibliotecários um papel educativo das massas e os desviou do caminho da análise e representação do conhecimento registrado, fazendo com que os documentalistas adotassem e aperfeiçoassem as técnicas da Biblioteconomia (ORTEGA, 2004). A origem da Documentação como campo de saber está atrelada à crise na Europa causada pela proliferação dos periódicos que inspirou “Otlet à fundação, em 1892, do Escritório Internacional de Bibliografia, em parceria com Henri La Fontaine” (ALVARES; ARAÚJO, 2010, p. 197). Em 1895, tal escritório se transformou no Instituto Internacional de Bibliografia, referência para a construção da Ciência da Informação. No mesmo ano, Otlet e La Fontaine propuseram também o Repertório Bibliográfico Universal (RBU). Otlet pretendia com o RBU oferecer um índice de assuntos que permitiria localizar onde o conhecimento estaria sendo produzido. O sonho de Otlet “relacionava-se à idéia de que o acesso ao conhecimento por todos os povos levaria a uma maior compreensão da concepção de alteridade, no sentido do conhecimento das diferenças, o que possibilitaria a paz mundial” (ORTEGA, 2009, p.5). Da necessidade de organização de conteúdos especializados produzidos no mundo, a Classificação Decimal de Dewey (CDD),

foi utilizada inicialmente em sua 5ª edição (de 1894) para o trabalho de classificação dos documentos do RBU. A classificação decimal foi editada pela primeira vez em francês em 1905, mais tarde sendo revista e conduzindo a um novo instrumento documentário, a Classificação Decimal Universal (CDU)², que é extensamente utilizada na Europa até os dias de hoje. (ORTEGA, 2009, p. 5)

² “A Classificação Decimal Universal (CDU) foi criada, a partir da CDD, para contemplar as necessidades de tratamento da informação especializada e viabilizar a elaboração do RBU” (ORTEGA, 2004, s. p.)

Considerando que “a Documentação derivou disciplinarmente dos estudos realizados no bojo do movimento bibliográfico³, sistematizados primeiramente em uma disciplina denominada Bibliografia” (RABELLO, 2011, p. 139), o entendimento do conceito de documento por Paul Otlet foi o ponto de distanciamento entre ambas as disciplinas. Ele ampliou o conceito de documento, que na visão da Biblioteconomia Moderna e da Bibliografia estava relacionado ao entendimento do livro como objeto (RABELLO, 2011). Rabello (2011, p. 140), ao citar Otlet (1934), diz que o mesmo “retomou a concepção de biblos e passou a reconhecer a equivalência conceitual de livro/documento/biblion que representava todo objeto artificial em que se reconhecia alguma propriedade informativa – ou logos”.

Por meio das leituras realizadas pode-se entender que há duas orientações que devem ser consideradas no processo de configuração da Ciência da Informação: a orientação européia, advinda da Documentação, e a orientação norte-americana. Em relação à orientação advinda dos Estados Unidos, menciona-se a influência das tecnologias para recuperação da informação com base nas idéias de Vannevar Bush (1945), citado por Rabello (2011). A idéia de Bush foi obviamente importante no desenvolvimento da era digital (ALVARES; ARAÚJO, 2010):

Das obras da CI imediatamente no pós-guerra, destaca-se o artigo de Vannevar Bush (1890-1974) de 1945, intitulado *As We May Think*. O autor propõe o desenvolvimento de um computador analógico, que recebeu o nome de Memex (Bush, 1945). O equipamento seria capaz de ampliar a capacidade da memória humana, permitindo ao usuário guardar e recuperar documentos interligados por associação. Essa ligação é muito similar ao que hoje em dia conhecemos por hipertexto. (ALVARES; ARAÚJO, 2010, p. 199)

Já os aspectos teóricos envolvidos no processo de organização da informação nesse novo contexto foram contribuições de Shera e Egan, os quais trataram “de temas convencionais e de temas da nova era da informação, representada pelos conteúdos relativos à classificação, indexação e recuperação da informação.” (ALVARES; ARAÚJO, 2010, p. 200). Tais estudiosos foram os responsáveis pelo estatuto científico dado à Biblioteconomia:

Em 1949, surgiram os primeiros sinais da reflexão que levou Jesse Shera à proposta de uma nova disciplina para estudar a comunicação do

³ “O referido movimento foi importante para o desenvolvimento inicial das atividades de análise de conteúdo dos documentos para organização e “memorização” do conhecimento registrado.” (RABELLO, 2011, p. 139)

conhecimento registrado. Shera é um dos autores que mais contribuíram, desde meados do século XX, para o desenvolvimento de uma teoria da biblioteconomia. Em 1949, ele e sua colaboradora Margaret Egan adotaram o termo controle bibliográfico para se referir à documentação. (ALVARES; ARAÚJO, 2010, p.200)

Outras contribuições no aspecto da recuperação da informação já vinham sendo feitas antes de Shera e Egan. Shialy Rammarita Ranganathan é considerado um dos precursores no campo da Ciência da Informação, pois já na década de 30 vinha discutindo os fundamentos de representação e organização do conhecimento. Sua teoria apresenta uma proposta significativamente viável para resolução dos problemas atuais em relação aos conteúdos semânticos e referentes à análise e organização das informações atrelados ao uso das ferramentas da informática e das associações hipertextuais, as quais possibilitam a configuração de hiperdocumentos (CAMPOS, 2003, p. 151).

Hans Peter Luhn “foi o responsável por muitas técnicas, tais como o processamento de textos completos (usando concordância como índices), a indexação através de palavra-chave do contexto (KWIC) e a indexação automatizada”. (ALVARES; ARAÚJO, 2010, p.200). Em 1950, foi o primeiro a utilizar o termo thesaurus para nomear seu sistema de palavras autorizadas com uma estrutura de referências cruzadas.” (ALVARES; ARAÚJO, 2010, p.200). O tesouro e classificação facetada, sistema proposto por Ranganathan, se assemelham, pois ambos trabalham com um sistema de conceitos.

Segundo Ortega (2004, s.p.), “a cisão entre Biblioteconomia e Documentação tornou-se cada vez mais profunda, sem levar necessariamente ao desenvolvimento e sedimentação de uma ou outra área”; tais saberes “surgiram em consequência das mesmas necessidades, empregavam processos e instrumentos comuns. A diferença da Documentação era que pretendia fazer uma análise de conteúdo mais profunda” (ORTEGA, 2004, s. p.). A Biblioteconomia e a Documentação começaram a trilhar seus próprios caminhos no final do século XIX, como visto sobre o trabalho de Otlet. Já a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, mesmo com algumas divergências, estão próximas da Documentação, pois essas três áreas se influenciam mutuamente. Porém, “acredita-se que os fundamentos científicos estejam mais presentes nos princípios modernos da Documentação que nas práticas tradicionais da Biblioteconomia” (ORTEGA, 2004, s. p.).

sendo a Biblioteconomia a atividade mais antiga de organização de documentos, encontra na Ciência da Informação a possibilidade de construção de referenciais teóricos e de conquista de *status* científico, enquanto esta encontra naquela parte da história e das práticas que compõem aquilo que vem elaborando a partir de diversas disciplinas e aplicações. Já a Documentação, considerada em separado da Biblioteconomia, desenvolveu princípios e técnicas voltadas à organização e recuperação da informação, independente dos suportes e tipos documentais e com base nos contextos de aplicação e tipos de informação (ORTEGA, 2004, s. p.)

Como já mencionado, a Biblioteconomia só se torna efetivamente um campo científico com uma teoria própria com as contribuições de Shera e Egan por volta de 1950. A respeito da orientação estadunidense na configuração da Ciência da Informação, “somente nos anos 50, uma mudança tornou-se aparente na literatura dos Estados Unidos sobre Biblioteconomia em função da tentativa de reconstruir, analisar e interpretar o pós Segunda Guerra Mundial” (ORTEGA, 2004, s. p.). Devido às evoluções tecnológicas e novas propostas de recuperação da informação a partir do computador “elegeu-se um nome para esta nova área – Ciência da Informação – e o principal elemento foi a presença de indivíduos voltados à tecnologia e de fora da Biblioteconomia, que estavam procurando conduzir a nova tecnologia eletrônica para resolver velhos problemas” (ORTEGA, 2004, s. p.) O evento que marcou essa transformação da Biblioteconomia e da Documentação em Ciência da Informação foi o *International Conference on Scientific Information*, ocorrido em 1958. Neste ano, o termo Ciência da Informação foi registrado pela primeira vez pelo “*Oxford English Dictionary* (OED) em referência a um artigo de Saul Gorn, oriundo da área de computação” (ALVARES; ARAÚJO, 2010, p.197). No entanto, “só em 1960 é que finalmente *information science* passa a ser utilizado em um âmbito maior, englobando todos os esforços iniciados em 1802” (ALVARES; ARAÚJO, 2010, p. 196). Resumindo,

Considera-se que a Biblioteconomia deu origem à Bibliografia, que fundamentou a Documentação, que por sua vez, forneceu insumos à constituição da Ciência da Informação, também nomeada Informatologia. A Ciência da Informação é entendida como a preocupação com a unidade fundamental do saber, através de estudos interdisciplinares e de métodos como o estrutural. Engloba o conjunto das disciplinas voltadas para a produção, comunicação e consumo da informação que, chamadas por isso de ciências da informação, passaram a ser consideradas como uma só ciência da informação (ORTEGA, 2004, s. p.)

Portanto, na Ciência da Informação, considera-se como “unidade fundamental do saber” a informação, já que “é uma ciência social cujo objeto é a informação, tendo

início no campo da informação científica e tecnológica, passando a atuar também com a informação para fins educacionais, sociais e culturais (ORTEGA, 2004, s. p.). Esta ciência “tem tanto uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos. [...]” (Borko, 1968 *apud* ALVARES; ARAÚJO, 2010, p.201). O mesmo autor, partir deste ponto de vista, considera a Biblioteconomia e a Documentação como aspectos aplicados da Ciência da Informação. Ortega (2004, s. p.) conclui, por fim, que “a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação são áreas que se relacionam conceitual e historicamente” (ORTEGA, 2004, s. p.).

Depois de ter sucintamente contextualizado como foi se constituindo a Ciência da Informação trataremos agora mais especificamente de um dos assuntos principais deste campo e que nos interessa diretamente nesta dissertação: a organização das informações que tem como prática essencial a classificação da informação. Aqui nesta pesquisa trataremos este campo disciplinar, como alguns autores o fazem, pelo nome de Biblioteconomia e Ciência da Informação. É Ranganathan, teórico já mencionado anteriormente, o primeiro a evidenciar os princípios utilizados na construção de seu sistema, apresentando “uma teoria sólida e fundamentada para dar à classificação bibliográfica um status que a eleva a disciplina independente” (CAMPOS, 2003, p. 152).⁴ Assim, Ranganathan exercendo o princípio do autor, um tipo de princípio de delimitação discursiva (Foucault, 2009), aparece na história do campo de saber da Biblioteconomia e Ciência da Informação como um fundador de disciplina quando sistematiza a prática da classificação. Sobre o princípio do autor, Foucault comenta:

Será preciso também, um dia, estudar o papel que Freud desempenha no saber psicanalítico, muito diferente, sem dúvida, do papel que Newton na física (e de todos os fundadores de disciplina), muito diferente também do que pode desempenhar um autor no campo do discurso filosófico (mesmo que estivesse, como Kant, na origem de outra maneira de filosofar) (FOUCAULT, 2009, p. 65)

De acordo com Ranganathan, segundo González de Gomez (1993, p. 221), as condições de organização e de representação dos registros do conhecimento resultam

⁴ Sobre as formas de controle dos discursos, conforme será visto no capítulo seguinte, Foucault (2009) afirma que a disciplina constitui um sistema de métodos e proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras, técnicas e instrumentos, e todo esse conjunto deve possibilitar a formação de novas proposições. Segundo o filósofo, as disciplinas “são feitas tanto de erros como de verdades, erros que não são resíduos ou corpos estranhos, mas que têm funções positivas, uma eficácia histórica, um papel muitas vezes indissociável daquele das verdades” (FOUCAULT, 2009, p. 31).

das condições de geração, organização e socialização do próprio conhecimento. Segundo González de Gomez, na área dos estudos da organização e da representação do conhecimento, a reconstrução de algumas premissas epistemológicas deve-se dar subjacente à mudança atual de *locus* do conhecimento/informação. (GONZÁLEZ de GOMEZ, 1993). Isso se dá pois, tomando a informação como conceito, se “reproduz, de certa forma, os deslocamentos culturais do *locus* da relação do pensamento com o real”. (GONZÁLEZ de GOMEZ, 1993, p. 221). Em um primeiro momento, “o solo do conhecimento é ontológico; a vizinhança do homem com o mundo [...] legitima toda vinculação predicativa” (GONZÁLEZ de GOMEZ, 1993, p. 218). Em um segundo momento, o conhecimento do mundo passa pela representação. Já, em um terceiro momento, “o solo do conhecimento é a linguagem, sistema de significados” (GONZÁLEZ de GOMEZ, 1993, p. 218). Traçando aqui um paralelo com Foucault, este filósofo também trata das transformações na relação do homem com o seu conhecimento do mundo pelo conceito das *epistemes* de cada época em seu livro *As palavras e as coisas* (1966), conforme será visto mais adiante. Entende-se aqui que as condições de geração do conhecimento estão vinculadas à *episteme* de cada época. Por exemplo, na Idade Média, a *episteme* era vinculada à esfera religiosa, sendo os discursos legitimados pela Igreja Católica.

A dinâmica do conhecimento, segundo Ranganathan, é complexa e dinâmica. Para apresentar e discutir tal dinâmica, julga-se pertinente retomar a contextualização histórica da forma de organização e classificação do conhecimento. Assim, na época medieval, conforme visto, o esquema de organização do conhecimento se baseava no *trivium* e no *quadrivium*, e, portanto, o ensino superior ainda se organizava em poucas disciplinas. Por volta do século XII, com o surgimento das universidades, os saberes começam a ser legitimados segundo a lógica das regras disciplinares, que fixam “os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2009, p. 36) o que varia de acordo com as épocas. Embora o esquema de Konrad Von Gesner seja baseado no *trivium* e no *quadrivium* da idade Média, notam-se aí novos recortes epistemológicos dos saberes. Para Gesner, a Filosofia representava a totalidade do conhecimento em torno da qual os saberes seriam distribuídos, diferentemente do sistema medieval em que a Filosofia não existia sequer como disciplina. Nesse sistema, todas as outras ciências foram consideradas como “Ciências Preparatórias”, portanto, como subcategorias da Filosofia distribuídas em 21

subdivisões (PIEDADE, 1977). A partir deste esquema, nota-se que, no século XVI, surgiram novos campos de conhecimento e, portanto, novos saberes que passaram a orientar os discursos de verdade da época. Uma nova *episteme* se configura, conforme já visto, já não mais voltada para a religião. O campo dos saberes passa a se reconfigurar em uma vontade de verdade legitimada pela ciência. Francis Bacon (1561-1626) causou uma reforma completa do conhecimento na época com sua obra *Instauratio*, que criticava a Escolástica. Com seu método indutivo, Bacon esboçou a metodologia racional para a atividade científica. Com isso, nota-se um deslocamento na forma de compreensão da natureza:

o século XVII marca o desaparecimento das velhas crenças supersticiosas ou mágicas e a entrada, enfim, da natureza na ordem científica.[...]. É aqui que o saber rompe seu velho parentesco com a *divinatio*. Esta supunha sempre signos que lhe eram anteriores: de sorte que o conhecimento se alojava inteiramente na vaga de um signo descoberto, ou afirmado, ou secretamente transmitido. Tinha por tarefa fazer o levantamento de uma linguagem prévia distribuída por Deus no mundo [...] (FOUCAULT, 1995, p. 69-74)

A organização do conhecimento esteve baseada durante muitos séculos na árvore de Porfírio, a qual apresenta um método de divisão dicotômico. Porfírio (233-304 dc), filósofo neoplatônico,

realizou comentários sobre a obra *Categorias*, de Aristóteles, quando desfaz o conceito de “categorias”, reduzindo-o, apenas, a gênero/espécie. Assim, Porfírio sistematizou a noção de idéias gerais até alcançar as mais específicas (gênero, espécie, diferença, próprio e acidente), o que originou a “Árvore de Porfírio”. De certo, essa árvore ilustra a classificação lógica da substância e pode ser considerada a precursora das classificações taxonômicas. (MACULAN, 2011, p. 49)

A Taxonomia de Lineu, criada na época da expansão da história natural no século XVIII, também foi configurada com base em um relacionamento hierárquico do mais genérico ao mais específico, iniciando a classificação pelos Reinos, passando pelos Filos, Classes, Ordens, Famílias, Gêneros até chegar nas Espécies. Tal taxonomia influenciou sistemas de classificação também em outros campos. Os saberes começam a ser inseridos em “padrões científicos” com uma sistematicidade e objetividade através de linguagens classificatórias que se tornariam universais. As disciplinas passaram a ter um estatuto de ciência. As classificações das ciências e, por conseqüência, também as classificações bibliográficas, no século XIX, tomaram como modelo a sistemática naturalista de classificação da época clássica, como a Taxonomia de Lineu. Segundo Foucault (1995, p. 145):

Sabe-se da importância metodológica que assumiram esses espaços e essas distribuições “naturais” para a classificação, nos fins dos séculos XVIII, das palavras, das línguas, das raízes, dos documentos, dos arquivos, em suma, para a constituição de todo um ambiente de história [...]. A conservação cada vez mais completa do escrito, a instauração de arquivos, sua classificação, a reorganização das bibliotecas, o estabelecimento de catálogos, de repertórios, de inventários representam, no fim da idade clássica [...] uma forma de introduzir na linguagem já depositada e nos vestígios por ela deixados uma ordem que é do mesmo tipo da que se estabelece entre os seres vivos. (FOUCAULT, 1995, p. 145).

Porém, devido a uma produção de conhecimento mais intensa, desde a década de 20 do século passado já se percebia que a árvore Baniana, modelo de classificação policotômica adotado por Ranganathan para ilustrar o dinamismo do universo do conhecimento, era mais adequada para representar domínios de conhecimentos: “a árvore Baniana se aproxima muito mais de uma árvore de classificação, do tronco original formam-se muitos outros troncos secundários de tempos em tempos” (CAMPOS, 2003, p. 158). Assim, “ao contrário do princípio dicotômico adotado na concepção de taxonomia original, pode-se, atualmente, construir taxonomias policotômicas” (NOVO; CAMPOS, 2007, s. p.). A árvore Baniana (banyan tree) se caracteriza por ser “um tipo de figueira indiana, que se espalha por uma grande área, enviando galhos para o solo. Os galhos criam raízes e formam vários troncos. Essas raízes são aéreas e crescem do tronco principal, tornando-se novos troncos adicionais” (MACULAN, 2011, p. 49) e, é importante destacar que ela não remete apenas à ideia de relacionamentos hierárquicos, pois “sugere a ideia de que os assuntos (espécies de categorias) podem ser relacionados uns aos outros de diferentes, complexas e imprevistas formas, gerando novas categorias” (MACULAN, 2011, p. 49).

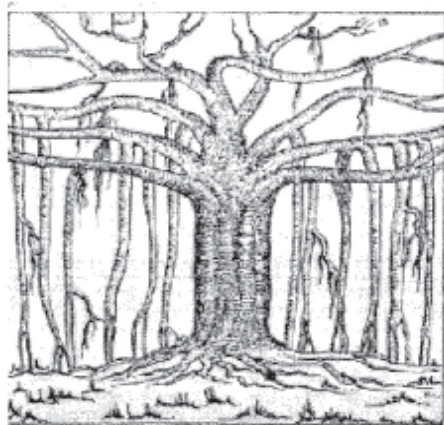


Figura 1. Árvore Baniana. Fonte: Ranganathan, Prolegonema

Ranganathan resgata da Antiguidade Clássica o conceito aristotélico de categoria e o traz para o campo da documentação “como um princípio fundamental para a organização do conhecimento” (CAMPOS, 2003, p. 159). Assim, por meio deste princípio as temáticas dos documentos podem ser tratadas por meio de uma abrangência conceitual que faz relação com diversos núcleos de conhecimento. Este princípio teórico é adequado para se tratar assuntos interdisciplinares, os quais não pertencem a somente um domínio de conhecimento. Segundo Ranganathan,

a tarefa da classificação é mapear o universo multidimensional dos assuntos ao longo de sua atividade... Vimos quão tortuosa é a tarefa de terminar e priorizar uma escala de relações preferidas entre todas as idéias isoladas e entre todos os assuntos... Há muitas relações vizinhas imediatas entre os assuntos. Tendo fixado um destes assuntos na primeira posição da linha, devemos decidir qual será seu vizinho imediato, qual será seu vizinho de transferência dois, e assim sucessivamente.” (RANGANATHAN *apud* CAMPOS, 2003, p. 159)

O sistema de Ranganathan ainda é muito atual pelas reflexões que traz acerca da dinâmica do conhecimento: “para Ranganathan o conhecimento é um *continuum* dinâmico e as representações (como uma estrutura de classificação) devem possibilitar mecanismos que visem acompanhar esta dinâmica” (CAMPOS; GOMES, 2003, p. 162). Seu conceito de hospitalidade insere uma “perspectiva de flexibilidade em uma estrutura classificatória, ou seja, toda classe de conceitos deve possuir mecanismos para inclusão de novos conceitos que venham a surgir a partir da dinâmica do conhecimento” (CAMPOS; GOMES, 2003, p. 162). Devido a isso, é uma das teorias de base para a Ciência da Informação, pois seu sistema não é estático permitindo que novos conhecimentos possam ser inseridos na classificação. Sobre princípios comuns entre as teorias mais representativas da área de representação da informação atualmente, Campos (*apud* Pereira e Bufren, 2005, p. 31) elenca: a Teoria da Classificação Facetada (RANGANATHAN), a Teoria Geral da Terminologia (WÜESTER) e a Teoria do Conceito (DAHLBERG). Dois dos aspectos em comum entre as três teorias são, primeiro, o fato de os termos serem tomados com significados próprios dados pelo contexto e, segundo, o fato de os conceitos serem inter-relacionados por meio de suas características em comum: “Da comparação entre as três teorias, fica evidente para a autora que elas se ocupam de sistemas de conceitos, embora com fins diferentes.” (PEREIRA; BUFREN, 2005 p. 33). Nota-se que por meio dessas teorias o processo

de produção de sentidos na representação das informações é uma questão central.

Na teoria da informação do campo da comunicação, na qual a Ciência da Informação esteve apoiada por muitos anos, “a informação é considerada independentemente do vínculo com um significado, como seqüência de sinais [...]” (GONZÁLEZ de GOMEZ, 1993, p. 221). A informação, tida como independente das interpretações subjetivas e também de um contexto, era tratada sob uma perspectiva sistêmica de linguagem invariável, ou seja, a língua tomada como um sistema fechado de termos dicionarizados, facilitando o controle e padronização dos termos do vocabulário de representação. No entanto, atualmente, nota-se fortemente a presença de modelos relacionados “que permitam focalizar o papel dos atores e as práticas sociais de comunicação e informação” (GONZÁLEZ de GOMEZ, 1993, p. 218), considerando o contexto e a forma como os indivíduos utilizam as informações. E, ainda, a mesma autora diz que as novas orientações nos estudos da linguagem como, por exemplo, as “reformulações da pragmática ou da sociolinguística”, dentre outras, trazem “novos horizontes para a problematização da representação” (GONZÁLEZ de GOMEZ, 1993, 222). Outros autores também trazem novas discussões importantes para o campo. Pereira e Bufrem (2005) observam novas tendências no estudo do campo da Ciência da Informação. Tais mudanças refletem as necessidades de representações mais fiéis aos conteúdos dos textos, as quais não são possíveis quando baseadas em modelos que almejam uma objetividade e não consideram que as significações dependem do contexto tal qual foram produzidos os textos. Segundo Pereira e Bufren,

Cunha atribui grande parte dos erros da representação e transferência da informação ao pressuposto de que o texto/discurso/documento é absoluto e passível de uma única leitura e, portanto, de uma única representação (1990, p. 72). Daí a proposta de, aos elementos da análise de texto, incorporarem-se os de análise do discurso (p. 139), com as suas respectivas representações. (PEREIRA; BUFREM, 2005, p. 27)

Segundo Saldanha, a pesquisadora González de Gómez, citada acima, “observa que a pragmática apresenta elementos para superar os limites, as simplificações e exclusões das teorias sintática e semântica da informação” (SALDANHA, 2011, p.50). O autor aponta “a presença de uma filosofia pragmatista dentro do pensamento epistemológico contemporâneo”, fato que marca “a construção de um ponto de vista humanista sobre as práticas da organização dos saberes.” (SALDANHA, 2011, p.53). Os deslocamentos no conceito de informação apontam

para o seu entendimento como ação do homem em um dado contexto, e isso é que determina seu significado. Saldanha (2011, p. 62) apresenta a expressão “humanismo informacional” para representar esse contexto atual. Tal contexto seria uma recuperação de elementos das disciplinas do pensamento humanista, a Filologia e a Retórica, para “formação discursiva epistemológica da Ciência da Informação” (SALDANHA, 2011, p. 62):

a partir da retomada da visão de mundo relacional do pensamento humanista, compreendendo a construção da ciência segundo sua perspectiva dialógica e plural, assim como percebia a Retórica e o método filológico, diferentes trabalhos se apresentam rediscutindo a noção de natureza interdisciplinar do campo, definindo os horizontes de investigação dos estudos informacionais como orientados para um olhar múltiplo e colaborativo do processo de tecitura dos saberes globais em contextos locais. (SALDANHA, 2011, p.61)

Por meio da abordagem da Pragmática nos estudos da Ciência da Informação, como o embasamento teórico para a consideração do contexto de uso na representação da informação há o conceito de a garantia de usuário, “que permite que os termos que serão selecionados para um tesouro estejam de acordo com os utilizados no ato da busca da informação, pelo usuário” (GRACIOSO, 2010, p. 146). Tal conceito se aproxima do conceito de garantias culturais ampliando a sua aplicação, pois este último reforçaria que o estabelecimento de relações semânticas nos instrumentos de representação temática dependeria do contexto cultural na qual elas são utilizadas pelos pesquisadores” (GRACIOSO, 2010, p. 146). E ainda, “no momento em que elementos culturais passam a ser garantias para representação do conhecimento, implicações éticas igualmente demandam por atenção (GRACIOSO, 2010, p. 146). Para a representação da informação no contexto das novas tecnologias, Begthol (2002, *apud* GRACIOSO 2010) sugere o conceito de “hospitalidade cultural”, pelo qual os novos conceitos, além de serem incluídos na notação classificatória e relacionados aos já existentes, sejam também acompanhados de elementos que representem o seu contexto de uso.

Na leitura dos trabalhos acima citados, foi possível perceber a grande tendência em se considerar os conceitos a serem representados em sua relação com elementos culturais, contextuais e subjetivos na configuração das linguagens documentárias. Assim como o meio atual de circulação da informação sugere, novas metodologias de análises das informações vão sendo absorvidas como ferramentas para o campo a fim de analisar tais elementos:

Cresce, nas práticas informacionais, a adoção de metodologias como redes

sociais, discurso do sujeito coletivo, grupo de foco, análise do discurso, entrevista de história de vida, observação participante, todas essas mais sensíveis à atmosfera de construção e dispersão dos jogos de linguagem. (SALDANHA, 2011, p. 60)

Na prática de Representação Temática, que é a prática realizada por profissionais que se utilizam de linguagens documentárias para representar os conteúdos, tais linguagens tanto podem ser uma linguagem controlada quanto uma linguagem natural, pois todas têm a mesma função que é a de representar e organizar conteúdos produzidos. Segundo Lopes (2002, p. 48), “conceitua-se a expressão linguagem natural como sinônimo de discurso comum, isto é, a linguagem usada habitualmente na fala e na escrita”. Aquino, Carlan e Brascher (2009) dizem que:

a linguagem natural possui características que são desaconselháveis numa linguagem documentária. Como a linguagem natural se desenvolve na interação entre as pessoas, sem controle terminológico, a comunicação acaba se tornando passível de variadas interpretações, gerando ambigüidades e interpretações errôneas. A necessidade de controlar essas manifestações lingüísticas é fundamental no desenvolvimento de um modelo de representação do conhecimento. (p. 202)

Nos vocabulários controlados, os assuntos são representados por termos pré-determinados para que haja uma certa estabilidade nas significações. Tal vocabulário tem tido maior prestígio em detrimento da linguagem natural, pois possibilita a recuperação de informações “reduzindo substancialmente a diversidade de terminologia” (LOPES, 2002, p.47). Na construção de um vocabulário são feitos procedimentos sistemáticos como, delimitação do campo de assunto, levantamento de descritores, os quais são palavras utilizadas para representar os assuntos do documento, estabelecimento de categorias, relações de equivalência, relações hierárquicas e associativas e notas de escopo. O tesouro e a taxonomia são tipos de vocabulário controlado. As evoluções no conhecimento implicaram em novos olhares para as práticas classificatórias:

O desenvolvimento das classificações facetadas e as pesquisas sobre tesouros trouxeram a convicção de que se deveriam considerar como elementos básicos na construção dos sistemas de classificação não as classes (como subdivisões de um todo), mas os conceitos na sua fecunda capacidade de expressão e de combinação. Mudou também o sentido de sistemas de classificação, que, em vez da apresentação sistemática de classes, pensa-se nos conceitos orientados para o objeto (TRISTÃO; FACHIN; ALARCON, 2004, s. p.).

O tesouro tem como principal função a padronização terminológica de um certo domínio de conhecimento para fins de recuperação da informação. Com base em uma análise de conceitos do domínio, os termos são selecionados, relacionados semanticamente e estruturados conforme uma hierarquia em que se define o termo geral para depois definir os termos mais específicos a ele relacionados. Já as taxonomias são estruturas classificatórias com base nos fundamentos, princípios e procedimentos e regras de classificação de um certo campo de conhecimento, apresentando um aspecto navegacional. Assim como o tesouro, funciona como ferramenta de recuperação de informação. Na taxonomia há relações hierárquicas entre os conceitos e, por meio destes, é representado um mapeamento de um determinado domínio de saber. Visto que no momento da classificação está implicado o ponto de vista, as taxonomias sendo estruturas classificatórias “estão desta forma sujeitas também a uma decisão para determinar a melhor forma de “recortar” um dado domínio a partir dos propósitos que se deseja atingir” (NOVO, 2010, p. 137). A respeito de seu surgimento,

O termo taxonomia tornou-se conhecido no domínio da Biologia com as pesquisas de Carolus Linnaeus durante o século XVIII, quando classificou o Reino vivo hierarquizando-o e dividindo-o em Filos, classes, ordens, famílias, gênero e espécies, que posteriormente foram subdivididos. Sua classificação ficou conhecida como Taxonomia de Lineu. (NOVO, 2010, p.135)

Para Aquino, Carlan e Brascher (2009, p.207), o controle terminológico “diz respeito à escolha dos termos adequados para representar os conceitos, de forma objetiva, evitando problemas como imprecisão e ambigüidade”. No entanto, não há como fugir da subjetividade nas interpretações dos textos. Segundo Tálamo e Lara (2009), há variação na interpretação dos textos e, assim, há também a atribuição de significados diferentes pelas classificações de diferentes indexadores. O ato classificatório é um procedimento discursivo e político de construção do conhecimento, pois, mesmo que se tente tornar objetivo este procedimento, na prática nota-se “Como o sujeito leitor emerge, apesar de sua leitura estar subsumida aos interesses da instituição, apesar das linguagens documentárias (controle de vocabulário, de terminologia), trazendo consigo suas histórias de leitura” (LUCAS, 2000, p. 86). As questões observadas sobre a variação na interpretação dos textos influenciam a escolha dos termos no momento da representação e, além disso, há também variação nos termos utilizados no momento da busca pelos usuários das informações. Estudos neste campo procuram a melhor forma de lidar com os fenômenos da linguagem envolvidos na

representação e recuperação da informação. Saldanha (2011, p. 59) diz que, “Uma gama considerável de trabalhos traçam releituras das correntes teóricas da Ciência da Informação, discutindo seu posicionamento como ciência social, uma vez que para este ponto de vista o homem é o objeto, e não a informação.” E, ainda, “este outro olhar sobre a Ciência da Informação volta-se para o estudo do indivíduo em suas relações sócio-culturais, nas comunidades de uso e desdobramento da linguagem, ou comunidades discursivas” (SALDANHA, 2011, p. 60)

Tendo feita essa explanação sobre o campo disciplinar da Ciência da informação e os diferentes modelos classificatórios e formas de organização do conhecimento, justamente com as respectivas abordagens sobre o processo de produção dos sentidos, na próxima seção será apresentada a folksonomia, uma prática social de avaliação e organização da informação. Para se refletir sobre essa prática, o trabalho se apoiará em uma perspectiva discursiva de língua, especialmente nos trabalhos do Círculo de Bakhtin sobre a dimensão dos sentidos.

2.3 Sobre a folksonomia

A folksonomia é uma prática social e colaborativa de organização de informações que opera pela “livre” escolha e manipulação das formas lexicais pelos sujeitos, o que depende do contexto de uso da linguagem e da significação que o sujeito quer atribuir a um conteúdo a ser representado, sendo que cada sujeito está inserido em horizontes sociais distintos e carregam seus próprios pontos de vista. Assim, compreende-se o interesse do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação pela prática da folksonomia, em busca dos dados fornecidos pelos usuários. A folksonomia atende à “necessidade da busca pelo variável como critério de validação para organização do conhecimento, [...] sinalizadas por González de Gomez, já em 1993” (GRACIOSO, 2010, p.146). No entanto, há opiniões controversas entre os autores sobre essa variabilidade de significações. Muitos autores apontam que uma das dificuldades da folksonomia, por exemplo, de acordo com Sinha, (2005 *apud* BRANDT; MEDEIROS, 2010, p.116) “se relaciona com a questão cultural: falta consenso cultural no ambiente digital, e a categorização é com frequência baseada em conhecimento cultural”. Apesar das dificuldades enfrentadas devido à ampla variabilidade dos termos na representação da informação,

esta pode ser considerada uma representação do conhecimento, no sentido de, no mínimo, refletir o conhecimento de determinada comunidade [...] Dessa forma, pode-se dizer que a folksonomia pode ser usada como forma de

descoberta de conhecimento: a partir da análise das tags mais freqüentes é possível determinar tendências e interesses de comunidade analisada. (BRANDT; MEDEIROS, 2010, p. 120)

O trabalho colaborativo por meio das plataformas abertas de compartilhamento de informações “tomam uma dimensão global com a Internet, rompendo barreiras geográficas, lingüísticas e independem de uma coordenação centralizada” (GALDO; VIERA; RODRIGUES, 2009, s.p.). Para ilustrar essa dimensão do trabalho colaborativo favorecido pela Internet, Silveira (2005 *apud* GALDO; VIERA; RODRIGUES, 2009) diz que “o espírito do desenvolvimento colaborativo e baseado em um fluxo livre sobre o conhecimento permitiu a produção das principais ferramentas e protocolos da Internet”. E, ainda, Galdo, Viera, Rodrigues (2009) afirmam que o trabalho colaborativo na Internet se assemelha ao modelo de configuração do software livre, o qual teve seu movimento iniciado por Richard Stallman, em 1984, tornando-se “uma força concreta, tecnológica, cultural e política. (SILVEIRA, 2005 *apud* GALDO; VIERA; RODRIGUES, 2009, s.p.). A partir deste momento, a esfera da produção e organização do conhecimento foi intensamente influenciada pela perspectiva colaborativa na Web.

No âmbito das práticas sociais que circulam pela rede, há uma dinâmica onde não é possível controlar a circulação das informações. Tal dinâmica produz saberes, opiniões, identidades que circulam em conteúdos compartilhados on-line. Como, então, atuar no processamento de todas essas informações para que possam ser recuperadas pelos sujeitos interessados? O conceito de Web 2.0 criado por Tim O’Reilly (2005) propicia a colaboração dos usuários da Internet na disponibilização, compartilhamento e organização dos conteúdos eletrônicos. Logo, as ferramentas da Web 2.0 apresentam uma maior flexibilidade para lidar com as rápidas transformações e demandas sociais da modernidade:

O usuário da sociedade atual necessita mais que ter acesso à informação, ele busca interagir com elas, de maneira que este possa sentir-se não só receptor passivo, mas também autor, emissor e editor, atuando de maneira visível e colaborando com outros usuários. (RUFINO, 2009, p.9)

É em relação a este contexto virtual que a *folksonomia* será vista. Alguns *sites* que utilizam esta ferramenta colaborativa são o *Del.ici.ous*⁵ (organiza links de *sites* favoritos), o *Connotea*⁶ (apresenta referências e informações bibliográficas), o *Flickr*⁷

⁵ www.delicious.com

⁶ www.connotea.org

(armazena e compartilha fotos), o *YouTube*⁸ (compartilha de vídeos), o *Last.fm*⁹ (armazena músicas), o *Bibsonomy*¹⁰ (*bookmarking* social para gerenciamento de recursos bibliográficos) e o *Amazon*¹¹ (comércio eletrônico). O termo folksonomia foi criado por Vander Wal em 2004, entendido como a junção das palavras taxonomia e povo (*folk* em inglês). Esta é uma das ferramentas da geração da Web 2.0 que possibilita uma forma dialógica de organização das informações, vista como prática social em meio virtual. Nesse tipo de relação que os usuários estabelecem com as informações, são criadas *tags* (“etiquetas”) que funcionam como representação dos conteúdos e, dispostas na forma de links, configuram hipertextos.

A prática hipertextual significa relacionar assuntos, o que se faz através dos links. No momento em que são os próprios usuários, que ao utilizarem ferramentas cooperativas, organizam a informação de forma que possam recuperá-la através de uma busca por conexões e significados, em função da folksonomia, percebe-se a ocorrência de alteração dos padrões organizacionais dos dados na Rede. (AQUINO, 2007, p. 4)

Segundo Barreto (2008 *apud* GALDO; VIERA; RODRIGUES, 2009, s.p.), a Ciência da Informação está em sua terceira fase, a fase do conhecimento interativo. A primeira fase foi a da gerência da informação, cuja ênfase seria a precisão na recuperação da informação. A segunda foi a fase da relação entre informação e conhecimento, cuja preocupação seria a ação da informação modificando coletividades. A terceira, é a fase do conhecimento interativo em que a informação, por meio de uma interface gráfica da *world wide web*, muda a relação de tempo e espaço do emissor para com os estoques e receptores da informação. Galdo, Viera, Rodrigues, (2009) dizem que a folksonomia é uma ferramenta típica da fase do conhecimento interativo, pela qual os usuários das informações constroem seu próprio caminho para organizá-las. A respeito desta fase, tais autores comentam que as ferramentas e os problemas clássicos da Ciência da Informação vêm sendo influenciados pelos “ideais colaborativos e pela participação livre” propiciados pelas folksonomias e pelas interações na Web.

As técnicas clássicas de recuperação da informação continuam sendo necessárias na recuperação Web, mas já não são suficientes em uma rede de informações sem precedentes em escala, sem uma coordenação centralizada

⁷ www.flickr.com

⁸ www.youtube.com

⁹ www.last.fm.com.br

¹⁰ www.bibsonomy.org

¹¹ www.amazon.com

na sua criação, e com uma enorme diversidade de cenários e objetivos de seus usuários. (MANNING, 2008 *apud* GALDO; VIERA; RODRIGUES, 2009, s.p.)

Segundo O'Reilly, “as taxonomias tradicionais e estruturas em diretório são características da Web 1.0¹², enquanto a folksonomia se enquadra no contexto de compartilhamento proposto pela Web 2.0” (2005 *apud* BRANDT; MEDEIROS, 2010, p. 112). Já em comparação com os tesauros, “a folksonomia é construída a posteriori - não há uma etapa de análise dos documentos do domínio para então se coletar termos e criar posteriormente a base para o esquema de representação, como no caso dos tesauros, por exemplo” (BRANDT; MEDEIROS, 2010, p. 118). A folksonomia, apesar de ser um instrumento, pois os usuários não precisam necessariamente criar novas *tags* podendo usar *tags* já dadas por outros, é também um produto da ação “espontânea” dos usuários, passível de ser visualizada pela forma gráfica das nuvens de *tags*, enquanto que as taxonomias e tesauros são usados apenas como instrumentos na classificação, ou seja, são elaborados *a priori*. No entanto, deve-se enfatizar que, neste trabalho, ao dizer “ação espontânea”, acredita-se que essa atuação não seja totalmente espontânea e livre, uma vez que os indivíduos sofrem coerções advindas de instituições sociais e das relações de poder onde estão inseridos. Esses fatores serão mais discutidos adiante.

Galdo, Viera, Rodrigues, (2009) comentam que nos ambientes onde é necessário maior rigor na representação para obtenção de uma informação mais precisa, como no caso de repositórios de artigos científicos, a aplicação da folksonomia não seria o mais adequado, sendo necessárias as técnicas clássicas da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Mas, no caso, por exemplo, da recuperação de informações digitais não textuais, como imagens, vídeos e música em que ainda não há técnicas nem metodologia consistentes de indexação, a organização colaborativa é de grande importância na Internet. E, ainda, os mesmos autores comentam que a Internet parece ser um instrumento que leva a Ciência da Informação a se repensar, a rever, criar e recriar suas técnicas e conceitos. Nepomuceno (2007 *apud* GALDO; VIERA; RODRIGUES, 2009, s. p.) defende a ideia de que “a Ciência da Informação tem um novo desafio: estudar a conjunção de informação, tecnologia e ‘*seres vivos*’”, sendo a folksonomia uma ilustração desse desafio das novas possibilidades da fase do

¹² Na Web 1.0 o conteúdo é estático, não podendo ser publicado por qualquer pessoa.

conhecimento interativo.

A folksonomia não apresenta condições técnicas para substituir as técnicas tradicionais de representação da informação, mas pode ser um recurso adicional e com certeza traz novas formas de lidar com a informação e com o processo de produção e organização dos sentidos, tema que nos interessa mais diretamente. Nesta prática popular de organização das informações, novos desafios e tendências de estudo para o campo são trazidos pela Internet:

Destaca-se como uma das principais mudanças ocorridas, em decorrência da implantação e desenvolvimento da plataforma www e da internet, a desterritorialização do documento, que consiste no fato de passar o documento a ter sua materialidade desvinculada da forma física tradicional (papel), assumindo a forma digital que possibilita uma organização espacialmente integrada de textos, imagens, sons e índices de acesso correspondentes, todos acessíveis não apenas linearmente em suas unidades per se, mas também em forma hipertextual, possibilitando combinações entre assuntos, conceitos e categorias identificados como elementos que compõem os diferentes conceitos constantes de documentos ou grupo de documentos (ALVARENGA, 2003, p.18)

Nos procedimentos tradicionais, para poder sistematizar as informações, trabalha-se no nível da significação, nível onde a linguagem se estabiliza, para poder limitar a interpretação na leitura do profissional e fechá-la em algum sentido. O conceito de Bakhtin sobre a significação, o qual será melhor explorado mais adiante, recobre os sentidos em potencial que os recursos lingüísticos podem carregar, o que irá depender, para a concretização de uma dentre muitas significações possíveis, da situação comunicativa, da ponte lançada entre todos os indivíduos do ato comunicativo e das coerções e relações de poder implicadas no processo de atribuição dos sentidos.

Neste trabalho interessa a utilização da folksonomia como forma de organização de informações que circulam em rede de hipertexto, onde há uma relação direta entre informações e os seus usuários e, daí, o seu auxílio no campo da Biblioteconomia e Ciência da informação. A seção anterior mostrou as novas tendências de estudo neste campo, as quais apontam para a aceitação de abordagens a partir de dados dos usuários e dados dos contextos de usos. Tomando por base esse tipo de abordagem, a folksonomia se torna uma prática que passa a ser interessante para a Ciência da Informação. Tal prática emerge na atual fase da Era da Informação, época em que a sociedade se organiza a partir da informação como o seu principal insumo e estabelece relações a partir de identidades como o seu principal critério. A folksonomia permite a negociação de conceitos e a agregação de grupos de interesses comuns e ainda fornece

subsídios para o trabalho dos profissionais da informação por evidenciar elementos culturais e de uso das informações. No contexto de trabalho dos bibliotecários a partir do uso das ferramentas da Web 2.0 que podem ser utilizadas nesses ambientes, surgiu o conceito de Biblioteca 2.0. Esse tipo de serviço pode possibilitar “uma interação e maior motivação para que o usuário se comunique com o bibliotecário para tirar dúvidas” (VIEIRA; CARVALHO; LAZZARIN, 2008, p.11) e, além disso, pode também agregar “qualidade ao trabalho do bibliotecário organizando informações, interagindo de forma on-line com os usuários e com a comunidade de amigos, porém de uma forma totalmente onipresente.” (VIEIRA; CARVALHO; LAZZARIN, 2008, p.12).

A folksonomia, por ser uma prática colaborativa, auxilia no processo de organização das informações ao mesmo tempo em que fornece uma garantia de usuário para o uso dos termos de busca, conceito já citado acima, na construção de linguagens documentárias. Hjørland (2009, p. 1522-1523 *apud* GRACIOSO, 2010, p. 153) diz que os “conceitos são dinamicamente construídos e seus significados, que classificam o mundo acordando interesses e teorias, são coletivamente negociados”. A folksonomia permite essa negociação de conceitos, e, apesar de não ser uma prática feita por profissionais, vem sendo utilizada no campo da organização das informações, no entanto,

embora já tenham sido feitas muitas iniciativas de tratamento, sistematização, ou ainda compreensão das folksonomias e do comportamento das Tags como recursos de recuperação da informação em ambientes abertos e virtuais da informação, não se diagnosticou nenhuma construção metodológica aplicada a este ambiente puramente Web, mesmo porque qualquer iniciativa nesse sentido seria paradoxal. Pelo menos não de modo relacionado às metodologias vigentes de construção de vocabulário controlado desenvolvidos pela Biblioteconomia e Ciência da Informação. (GRACIOSO, 2010, p. 149)

Há muitas as aproximações e distanciamentos da folksonomia com os vocabulários controlados. Na confecção de um vocabulário controlado, além da delimitação do campo de assunto há também a definição do público-alvo do vocabulário e sua construção é realizada por profissionais. Já na folksonomia, o campo de assunto não é pré-determinado, podendo tanto se aplicar à organização de assuntos dentro de campos específicos de saber como à organização de assuntos diversos não classificados em nenhum campo específico; não há como prever o público-alvo, uma vez que os usuários são os próprios construtores da folksonomia. Na folksonomia, diferentemente dos termos escolhidos no vocabulário controlado, a atribuição dos termos

representativos não necessariamente se vincula ao conteúdo do documento, podendo ser, por exemplo, termos que expressam opiniões pessoais. Na organização do vocabulário controlado, os termos são agrupados de acordo com a sua natureza dentro das categorias, já na folksonomia são agrupados de acordo com a frequência de seu uso. A apresentação final do vocabulário controlado se dá por meio de uma listagem alfabética e visualização gráfica, já na folksonomia, os conceitos são apresentados por meio de uma nuvem de *tags*¹³ na qual os termos com maior frequência de uso são destacados em tamanho maior da fonte. Os critérios de avaliação de um vocabulário controlado são feitos por meio de índices de precisão e revocação em sistemas de busca e recuperação da recuperação da informação, o que está relacionado à quantidade de documentos relevantes recuperados, e, na folksonomia, pode ser analisada a frequência de uso dos termos, mas sem métodos definidos.

A respeito do descritor no vocabulário controlado, Gracioso (2010, p. 152) afirma que “Cada descritor incluído em um vocabulário controlado representa um conceito único (ou unidade de idéia). Um conceito pode ser expresso por termo de única palavra ou por um termo com múltiplas palavras”. Na folksonomia o descritor é a própria *tag*, a qual se relaciona com o conteúdo a partir do significado atribuído pelo próprio usuário *taggeador*¹⁴. No quesito controle e orientação da significação dos descritores para determinado assunto são utilizadas notas de escopo, as quais são usadas para restringir a aplicação dos termos ou para distinguir significações. Em folksonomias não há notas de escopo, o significado do conceito vinculado a *tag* é variável conforme o entendimento de cada sujeito.

Na folksonomia, os usuários podem escolher as *tags* que já foram usadas por outros usuários sendo, portanto, influenciados por essas *tags*, mas mesmo assim, “acredita-se que o grau de parcialidade e as questões políticas são menores que num grupo que, de fato, se conhece e se reúne para elaborar uma categorização de um domínio” a fim de criar um vocabulário controlado, por exemplo (BRANDT; MEDEIROS, 2010, p. 119). Apesar das diferenças observadas, ambos os modos de se classificar se aproximam no objetivo de representar as informações, seja em sistemas de

¹³ É preciso ressaltar aqui que uma nuvem de *tags* não necessariamente é configurada pela prática da folksonomia, muitas vezes ela é usada esteticamente em sites e blogs.

¹⁴ Usuário que atribui *tags* a algum conteúdo disponibilizado na Internet e dado a prática da folksonomia.

informação a partir de vocabulários controlados, seja em ambientes abertos da Web por meio da folksonomia. Assim, no âmbito da Ciência da Informação, a construção de ambientes híbridos de recuperação de informação, com base tanto em vocabulários controlados como em folksonomias, parece necessária.

Spiteri (2007) defende o uso da Folksonomia em catálogos de bibliotecas públicas, de forma que os clientes organizem espaços de informação pessoal em tais catálogos. Essas informações poderiam ser compartilhadas com outros indivíduos que tenham os mesmos interesses. Assim, os clientes encontrariam artigos no próprio catálogo da biblioteca, citações em bases de dados externas, links de *sites*, organizando-os por meio de suas próprias *tags*. Quintarelli (2005) comenta a maneira pela qual a agregação de *tags* sobre um determinado artigo revela as maneiras pessoais de expressar conceitos e os meios pelos quais os indivíduos de um mesmo grupo se comunicam. Essa prática facilita e favorece a organização e busca de documentos pelos usuários, dado que resulta de um trabalho colaborativo que multiplica as avaliações e classificações:

A grande vantagem da folksonomia frente a outras formas mais tradicionais de categorização de informação é a possibilidade de colaboração em torno da captura e organização. Com a folksonomia, a informação ganha relevância por meio de um “filtro social colaborativo”. Ou seja, se centenas de pessoas consideram uma mesma informação relevante e a classificam com uma mesma tag, existe uma chance muito maior de ela ser encontrada facilmente. (KATO; SILVA, s. d., p. 2)

Como mencionado anteriormente, a apresentação dos conceitos se dá por meio da nuvem de *tags*, que é um tipo de representação visual das *tags*. As nuvens de *tags* apresentam uma organização alfabética das *tags*, fato que não é percebido de imediato por alguns usuários: um dos resultados mais surpreendentes da pesquisa de Hearst e Rosner (2008) foi o fato de que uma proporção significativa dos participantes não percebeu que as nuvens de *tags* são regularmente organizadas em ordem alfabética. Alguns participantes pensaram que era organizada aleatoriamente e outros que era organizada conforme alguma proximidade semântica entre os termos. Os termos mais frequentes são representados em *tags* com tamanho maior de fonte, e um de seus pontos positivos é que essa configuração geralmente chama a atenção do usuário para os termos mais populares. Talvez isso seja a causa da não percepção da organização alfabética, pois os termos em diferentes tamanhos proporcionam uma visão não linear chamando atenção para os *tags* maiores. Entretanto, essas irregularidades e sua aparência divertida, segundo Hearst e Rosner (2008), talvez sejam um atrativo do design

e talvez sugiram ao pesquisador um sentimento de exploração do conteúdo disponibilizado pelo site.

Segundo Hearst e Rosner (2008), um dos problemas da disposição dos termos na nuvem de *tags* é o fato de itens com o mesmo significado estarem espacialmente distantes, assim associações significativas poderiam ser perdidas. Ou, também, o leitor poderia fazer suposições não previstas ou previsíveis com base na relação entre termos visualmente adjacentes. (HEARST; ROSNER, 2008). Tais autores trazem como exemplo as *tags* Linux e Mac, de uma nuvem de *tags* do site Delicious: tais *tags*, por apresentarem tamanhos similares e estarem adjacentes, poderiam sugerir ao leitor que são os únicos sistemas operacionais representados, e assim o leitor poderia perder as referências de outros sistemas operacionais como o Windows e o Osx, que se apresentavam mais distantes e em tamanho menor de fonte das *tags* Linux e Mac. E, ainda, a *tag* Mac poderia estar se referindo ao computador e não ao sistema operacional, mas por se encontrar próxima à *tag* Linux, Mac acaba proporcionando uma outra interpretação não esperada do leitor.

Hearst e Rosner (2008) realizaram uma pesquisa com 20 participantes que foram questionados sobre o que pensavam sobre as nuvens de *tags*. Alguns dos resultados que consideramos relevantes foram: três pessoas disseram que as nuvens de *tags* são úteis para mostrar tendências; um participante comentou sobre como gostava de ver a relação entre as *tags* na nuvem; outro disse que são melhores do que as listas por tornar possível a visão de uma forma holística; dois entrevistados disseram que as nuvens de *tags* eram úteis para mostrar a dinâmica ou as mudanças da informação; dois entrevistados acharam que a nuvem de *tags* era uma boa maneira de se obter a essência do site; uma participante pensou que seria útil para mostrar que tipo de informação seria apropriada para o site; outro disse que expressa os interesses da comunidade de usuários; três pessoas mencionaram que poderia ser uma brincadeira ou um caminho convidando as pessoas a interagir com o site; outra pessoa notou que são úteis para auto-reflexão pessoal ou para mostrar a outras pessoas o que está se pensando a respeito de tal conteúdo; e três entrevistados mencionaram que as *tags* de maior tamanho indicam tipos mais populares de informações.

Um dos principais benefícios da nuvem de *tags* observados por Hearst e Rosner (2008) foi a capacidade de mostrar as tendências de uso de *tags*, indicando, assim, padrões de mudança ao longo do tempo. Segundo Hearst e Rosner (2008), um dos

pontos mais marcantes da análise foi a noção de que as nuvens de *tags* estão sendo cada vez mais aplicadas a pesquisas sobre comportamento humano, retratando a atividade mental, seja de um indivíduo ou de um grupo. Embora não seja a forma mais apropriada para análise de dados, a nuvem sinaliza a existência das *tags* e a atividade humana colaborativa. O principal valor deste tipo de visualização seria como um sinal da interação individual ou social com o conteúdo de um conjunto de informações.

Tal ferramenta será retomada mais adiante em suas especificidades de comunicação de símbolos por meio da variabilidade da linguagem e da circulação do poder envolvendo implicações éticas. Acredita-se que há novas relações de poder presentes nessa prática classificatória da folksonomia, relações essas que não são mediadas por hierarquias, nem regulamentadas por uma metodologia científica. Tal prática de avaliação e organização de informações no contexto digital vem sendo incorporada ao campo de saber da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Assim, trabalharemos com uma concepção de linguagem dinâmica, variável e valorativa que se evidencia com mais clareza na prática da folksonomia.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REFLEXÕES ANALÍTICAS

Conforme exposto na introdução, o presente capítulo congregará as discussões teóricas e as reflexões analíticas, evitando, com isso, a fragmentação do texto e potencializando a aplicação dos conceitos às reflexões que serão apresentadas.

Na primeira parte deste capítulo serão apresentadas as noções de Foucault sobre as condições de possibilidade dos saberes e sobre a relação saber-poder. O estudo de Foucault sobre a *episteme* da época clássica ajudará a entender como a organização dos seres vivos representados em um quadro hierárquico de categorias de classificação na história natural influenciou a forma de configuração de outros saberes na mesma época, conforme já apresentado no capítulo anterior. Segundo ele, é a *episteme* que fornece a base homogênea para a formação dos discursos de uma época, sendo a *episteme* da época clássica a representação. Já seu estudo sobre o funcionamento do poder, em especial do poder disciplinar, ajudará a compreender como determinados procedimentos de poder produzem saberes.

Na segunda parte serão apresentados os conceitos de Bakhtin e seu Círculo com vistas a aprofundar o problema da significação, abordando as distinções entre sentido e tema e de compreensões ativa e passiva. Estes conceitos serão vistos em relação às representações de assuntos e a prática de leitura e *taggeamento*.

Além disso, será feita uma reflexão de como a folksonomia oferece um modo de classificar mais dialógico, embora não ausente de poder, em relação ao método classificatório tradicional feito por profissionais. A teoria bakhtiniana permitirá entender os procedimentos de classificação em suas especificidades no que diz respeito ao processo de veiculação dos sentidos na prática de representação.

3.1 *Episteme*, Saber e Poder

O conceito foucaultiano de *episteme* fundamenta a sua pesquisa arqueológica uma vez que é a *episteme* que rege a formação dos discursos e fornece uma base homogênea para os saberes de uma determinada época, podendo esse saber ser de estatuto científico ou não. Na época clássica, a *episteme* que regulava a formação dos discursos era a da representação, então, os saberes desta época tendiam a encaixar seus objetos em um quadro classificatório estruturado hierarquicamente. Assim, qualquer

coisa deveria encontrar seu lugar definido nesse quadro em que as categorias eram aproximadas por meio das identidades e separadas por meio das diferenças. As análises das riquezas, dos seres vivos e das palavras, por exemplo, estavam inseridas nessa *episteme* da representação.

Na fase da sua pesquisa genealógica voltada para a compreensão das relações de poder estabelecidas nas instituições, como a prisão, a escola e o hospital, Foucault evidenciou como procedimentos disciplinares de controle dos corpos e das mentes produziam saberes sobre os indivíduos. Segundo ele, o procedimento disciplinar de poder fez surgir, entre outros saberes, o homem como objeto de saber. Logo, o discurso científico tem como sua condição de produção procedimentos que, ao visarem à sistematização e à objetivação, segundo certas regras, vão configurando o saber da ciência. Essa cientificidade passa a reger os discursos de verdade, especialmente a partir do século XVIII.

3.1.1 *As epistemes e os modelos classificatórios: O caso da história natural*

Segundo Foucault (1995, p.), as classificações são como “códigos ordenadores” de nossa cultura, que oferecem chaves de interpretação e de produção do mundo. Há diferentes formas de classificar um mesmo elemento:

classificar é então escolher uma entre outras classificações logicamente possíveis procurando encontrar, para a escolha feita, um conjunto de razões suficientes [...] É aqui que se coloca a questão da *naturalidade* ou *arbitrariedade* da classificação uma vez que a escolha da classificação se faz então a partir da maior ou menor atenção às *afinidades* que devem permitir reunir em classes as diversas realidades a classificar. (POMBO, s.d., p.8)

Diante disso, surgem algumas questões a respeito do que possibilita determinar certas afinidades e não outras. Como enxergar as “*nuances imperceptíveis*” (Buffon, 1749 *apud* POMBO, s.d., p. 8) dos elementos da natureza, ou, como enxergar na história dos saberes certos recortes e organizações epistemológicas desses saberes? As *epistemes*, de que fala Foucault (1995), é que determinam as possibilidades de visualização das coisas que irão se configurar em conhecimentos.

Os saberes, o campo das ciências e as regras que orientam o que é verdadeiro ou falso em uma dada época e sociedade não são estanques:

A constituição de tantas ciências positivas, o aparecimento da literatura, a volta da filosofia sobre seu próprio devir, a emergência da história ao mesmo tempo como saber e como modo de ser da empiricidade não são mais que sinais de uma ruptura profunda (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Diante dessas transformações, quais são os critérios utilizados em determinadas épocas para se ordenar as coisas? Como funciona a ordem que regula os discursos e que diz respeito àquilo “que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem” (FOUCAULT, 1995, p. 10)? De onde vem a certeza que nos permite aproximar ou distinguir as coisas por meio de classificações?

Foucault, em *As palavras e as coisas* (1966), discorre sobre as *epistemes* de cada época, as quais configuram formas de visibilidade das coisas. Na época clássica, os saberes começam a se configurar com estatuto de cientificidade, promovendo rupturas com uma ordem dos discursos legitimada pela religião:

por volta do século XVI e do século XVII (na Inglaterra sobretudo), apareceu uma vontade de saber que, antecipando-se a seus conteúdos atuais, desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente [...] certa posição, certo olhar e certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar) (FOUCAULT, 2009, p.16)

No saber clássico, estudava-se o que o homem produzia, ou seja, as riquezas e as palavras, como se suas produções fossem sistemas independentes de sua existência. Até mesmo as doenças eram “percebidas” como um ser vivo que nascia, evoluía e morria e era observada sem levar em consideração o corpo do doente. O estudo de seus sintomas e sua colocação em quadros classificatórios evidencia que o tipo de observação feita se fundamentava em um olhar de superfície: os seres vivos eram considerados apenas em sua materialidade visível, em que a anatomia, um olhar de profundidade, não tinha importância:

Lineu, por exemplo, afirma que se deve rejeitar tudo o que, na planta, não existe para o olho ou para o tato [...] A observação se opõe às lendas, à tradição, à exegese e interpretação de textos. Todo o saber oriundo do testemunho dos ou da leitura de livros é obscuridade que deve dar lugar à clareza do olhar. (MACHADO, 2009, p. 113)

Trata-se de uma ruptura com uma outra *episteme* baseada na especulação e na interpretação. Com o nascimento da ciência, o olhar como procedimento para a produção de um saber empírico e decodificável se torna central. Assim, tudo o que era

observado deveria ser descrito detalhadamente, a partir de “uma correlação entre aquilo que é visto e o que é dito. As palavras representam as coisas, a linguagem deve formar um quadro do mundo [...]”. O que era visto deveria ser transportado “para o nível das representações e dos signos” (MACHADO, 2009, p. 113).

No âmbito dos saberes que se constituem a partir de sistemas classificatórios como efeitos de uma prática cientificista, a história natural se caracteriza por procurar agrupar as espécies por meio de identidades e separar por meio de diferenças, de modo que todos os seres pudessem se encaixar e encontrar seu lugar em um grande quadro das espécies. A história natural é o conhecimento que

compara, ordena, classifica. Além de nomear os seres individualmente, ele deve confrontá-los para determinar as vizinhanças, os parentescos, as separações. É o conhecimento das diferenças que permite estabelecer as identidades. A história natural é uma ciência taxonômica, classificatória. Seu objetivo é estabelecer uma hierarquia de classificação em que os níveis são o reino, a classe, a ordem, o gênero e a espécie. Comparar os seres naturais é distribuí-los nesse espaço hierárquico. (MACHADO, 2009, p. 115)

O objeto do olhar científico era a estrutura que englobava as linhas, superfícies e volume. Devia-se “considerar a planta ou o animal como um conjunto de partes ou elementos. A história natural é uma descrição analítica: decompõe o todo, detalha seus elementos constitutivos.” (MACHADO, 2009, p.114) Contudo, no final do século XVIII, começa a haver uma mudança na produção dos saberes a partir da relação entre o visível da estrutura e o invisível da organização:

A grande transformação é que classificar não será mais ordenar os seres da natureza unicamente a partir dos critérios formais estabelecidos no nível da visibilidade e da representação, mas relacionar o visível com o invisível, isto é, com o nível mais fundamental da organização. (MACHADO, 2009, p. 117)

Mas isso ainda não é uma transformação radical. A ruptura com a história natural irá ocorrer no século XIX quando Cuvier desloca o estudo do caráter, que no final do século XVIII fazia relação com a estrutura e a organização, do espaço bidimensional “para o interior do espaço tridimensional e empírico da vida”. (MACHADO, 2009, p. 117). Nasce, então, para o saber clínico, a anatomia como uma dimensão a ser analisada e desmembrada pelo olhar clínico.

Na época clássica, diferentemente, a classificação das doenças não tinha em sua base o homem, mas sim, a doença em si. Devido ao fato de que as enunciações desta época eram fundamentadas em uma *episteme* da representação, o corpo do doente não

era considerado, mas sim apenas os sintomas, a fim de que se pudesse encaixar a doença no quadro classificatório que agrupava por meio de semelhanças e separava por meio de diferenças. Então, qual a base homogênea da qual saíram os saberes da época clássica? Da *episteme* da representação.

Assim, os saberes fundamentavam-se na idéia das leis universais que poderiam ser colocadas em um quadro do mundo por meio da representação. É por isso que não se pode falar de ciência empírica na época clássica: “se estuda a época clássica é para dar mais rigor e credibilidade à demonstração e mostrar a inexistência, nesse período, de ciências empíricas – economia, filologia, biologia – e de filosofia transcendental” (MACHADO, 2009, p. 112).

Esse breve percurso histórico mostra como a história natural, na idade clássica, exerceu influência sobre as classificações bibliográficas tradicionais. As coisas, por meio da exposição organizada em “quadro”, se configuravam em uma nova ordem epistemológica que se fundava em um certo olhar lançado aos fenômenos. Este olhar era direcionado para uma aproximação ou afastamento das coisas por meio de uma linguagem da representação.

3.1.2 As Relações de poder e a produção de saber

Ao analisar a relação entre saber e poder nas instituições, Foucault mostrou que os conceitos com caráter científico surgem, antes, onde o “saber ainda está próximo de seus gestos”, “de suas primeiras palavras”, por meio de relações de força que se estabelecem entre as instituições e os objetos de saber, os quais independem da razão científica, ou seja, “trata-se [...] de formas de poder-e-de-saber, de poder-saber que funcionam e se efetivam ao nível da ‘infraestrutura’ e que dão lugar à relação de conhecimento sujeito-objeto como nome do saber” (FOUCAULT, 1999, p.117).

Essas relações de força são as relações de poder da qual ninguém está livre. O poder, segundo Foucault, não é uma coisa que possa ser propriedade de alguém ou que possa ser localizada em algum lugar específico, uma vez que ele se define em termos de relação. Em qualquer campo da atividade humana há relação de poder, e a isso Foucault chama de microfísica do poder: “Os poderes são exercidos em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e nesse complexo os micropoderes existem integrados

ou não ao Estado” (MACHADO, 2009, p. 169).

Em sua pesquisa sobre a história da penalidade, Foucault abordou o problema da disciplina como uma das formas de poder utilizada com o objetivo de controlar os corpos e as mentes, sendo aplicada em instituições como a prisão, o hospital, a escola, a fábrica. A disciplina “trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista” (MACHADO, 2009, p. 173).

O poder nem sempre é negativo, como algo que reprime, limita e castiga, pois por meio de seus procedimentos pretende-se que os indivíduos tenham uma atuação produtiva na sociedade. Por meio apenas de técnicas repressivas, por exemplo, o capitalismo não teria tido os mesmos resultados. Assim, antes mesmo de punir, o objetivo dos procedimentos de poder é “gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades” (MACHADO, 2009, p. 172).

Por meio desse controle, que tem como finalidade a utilização máxima dos corpos, produz-se saberes, pois o olhar que observa para controlar é o mesmo que registra e transfere as informações para quem está no topo da hierarquia. Assim, “a disciplina implica um registro contínuo de conhecimentos. Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber.” (MACHADO, 2009, p.174)

As relações de poder constituem o *a priori* de uma prática científica na medida em que produzem os saberes a partir dos quais as ciências se originarão, pois, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. (FOUCAULT, 2006, p. 27). A partir das observações, registro e transferência de informações sobre o prisioneiro, o doente, o aluno, o louco, o operário, a vida, o trabalho, e a linguagem, entre outros, começaram a se configurar saberes, discursos com estatuto de verdade. Portanto, a tecnologia da disciplina suscitou o surgimento do homem como objeto de saber, uma vez que uma das características da disciplina é funcionar pela anotação, classificação, registro e observação constante.

Daí, então, surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder, em forma de procedimento disciplinar, é produtor de individualidade. No entanto, a disciplina é um tipo de poder característico de uma época na qual se tinha a necessidade do controle

dos corpos para que funcionassem como força de trabalho. Tais objetivos não seriam alcançados por meio de um poder repressor, mas sim, por meio de um poder que se exercesse da forma mais anônima possível e que fosse sofrido individualmente (MACHADO, 2009).

A respeito do poder disciplinar, a partir da expansão demográfica do século XVII, “ressalta-se que o surgimento do interesse pela população foi acompanhado da disciplina, como forma de geri-la e organizá-la”. (SEVERO; PAULA, 2010, p. 162). Para isto, esse tipo de poder opera por meio de três instrumentos: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Este último é uma combinação das outras duas técnicas, formando saber por meio de uma tecnologia de poder: “trata-se de tomar notas, classificar, operar a produção de um saber mediante o olhar sobre o indivíduo tido como objeto” (SEVERO; PAULA, 2010, p. 167). As técnicas disciplinares possibilitaram que o homem, uma vez individualizado, aparecesse pela primeira vez na história como objeto de produção do saber: “nasce um tipo específico de saber: as ciências do homem.” (MACHADO, 2009, p. 176). Assim como “todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (MACHADO, 2009, p. 177), tem-se que, mais especificamente por meio do instrumento do exame aplicado aos indivíduos pelas instituições, da escola surgiu a pedagogia; da prisão, a criminalidade; e do hospício, a psiquiatria.

Segundo Foucault (2006), a técnica do exame indica a aparição de uma nova modalidade de poder que confere a cada indivíduo sua própria individualidade como status. Ao mesmo tempo que configura um saber sobre um objeto, oferece as possibilidades para a legitimação dos atos de poder. Foucault (2006) afirma que “as disciplinas marcam o momento em que se efetua o que se poderia chamar a troca do eixo político da individualização” (p. 171): o que antes era uma individualização ascendente configurando a figura do soberano, o qual exercia uma outra forma de poder sobre os sujeitos, no regime disciplinar se torna descendente culminado na individualização de cada indivíduo por fiscalizações, observações e medidas que tomam a norma e não os ancestrais como referência:

O momento em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia do corpo político. (FOUCAULT, 2006, p. 172)

A relação entre a produção e a circulação dos discursos e os procedimentos de poder foi posta na aula inaugural de Foucault de 1970 apresentada no Collège de France, em que o filósofo toma como princípio que:

a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2009, p. 8-9)

Tais procedimentos funcionariam, entre outros, por meio da exclusão. Este procedimento externo de interdição dos discursos abrange tabus, rituais e direitos exclusivos de fala, todos eles regulando o que pode ser dito e quem tem a autoridade e legitimidade para dizer o que diz. Outro princípio de exclusão seria a separação e rejeição como no caso da oposição razão e loucura. A vontade de verdade é o terceiro princípio, que, segundo Foucault se apoia em suportes institucionais reforçados por um “compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios de hoje” (FOUCAULT, 2009, p. 17) exercendo sobre os discursos “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2009, p. 18). Além dos procedimentos externos de controle dos discursos, há também os procedimentos de controle e delimitação que funcionam internamente ao discurso, são eles: o comentário que retoma outros discursos, o autor como um princípio de agrupamento do discurso e as disciplinas que são relativas e móveis:

A organização das disciplinas se opõe tanto ao princípio do comentário como ao do autor. Ao do autor, visto que uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor. Mas o princípio da disciplina se opõe também ao do comentário: em uma disciplina, diferentemente do comentário, o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repetida; é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas. (FOUCAULT, 2009, p. 30)

O poder disciplinar a partir dos seus instrumentos, ou seja, a partir do olhar hierárquico, da sanção normalizadora e do exame, tem como sua maior função adestrar

para se apropriar cada vez mais e melhor daquilo que o indivíduo pode produzir: “o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 2006, p. 164). Assim, pela técnica do exame há a superposição das relações de poder e de saber, pois o exame supõe a ligação de um tipo de formação de saber a um tipo de exercício do poder. A produção de saberes pela sistematização das observações e de seus métodos e instrumentos com uma configuração disciplinar se devem a todo um aparelho do exame: “uma das condições essenciais para a liberação epistemológica da medicina no fim do século XVIII foi a organização do hospital como aparelho de examinar” (FOUCAULT, 2006, 165). Nos hospitais, “a inspeção de antigamente, descontínua e rápida, se transforma em uma observação regular que coloca o doente em situação de exame quase perpétuo” (FOUCAULT, 2006, p. 165). Com isso, “o hospital bem disciplinado constituirá o local adequado da disciplina médica” (FOUCAULT, 2006, p. 166). Foucault afirma: “do mesmo modo como o processo do exame hospitalar permitiu a liberação epistemológica da medicina, a era da escola examinatória marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência” (FOUCAULT, 2006, p. 166). Assim, nas escolas:

o exame não se contenta em sancionar um aprendizado; é um de seus fatores permanentes: sustenta-o segundo um ritual de poder constantemente renovado. O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos. (FOUCAULT, 2006, p. 166)

É deste modo que o poder é produtivo: “produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade” (FOUCAULT, 2006, p. 172). Foucault mostrou que para controlar e fazer do sujeito um indivíduo que produz, a sociedade se configurou em meio à tecnologia do poder disciplinar que adentra o indivíduo e a população ao mesmo tempo. Para controlar a população é preciso uma força capaz de atuar em cada indivíduo dessa população em todas as esferas da vida humana, tendo nas instituições o seu apoio. O poder disciplinar organiza os objetos “de maneira que a partir de qualquer registro geral se possa encontrar um indivíduo e que inversamente cada dado do exame individual possa repercutir nos cálculos do conjunto” (FOUCAULT, 2006, p. 169).

E no interior da prática disciplinar – que envolve a produção de saberes por meio do exame, da vigilância e da hierarquia com fins de controle e produção de uma verdade

sobre o indivíduo moderno – tem-se também um lugar privilegiado conferido à escrita como tecnologia de poder, uma vez que ela visava ao registro contínuo e à documentação de cada comportamento individual, seja nas escolas, nas prisões ou nos hospitais:

As outras inovações da escrita disciplinar se referem à correlação desses elementos, à acumulação dos documentos, sua seriação, à organização de campos comparativos que permitam classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas. Os hospitais do século XVIII foram particularmente grandes laboratórios para os métodos escriturários e documentários. (FOUCAULT, 2006, p. 169)

A sistematização de tudo que pudesse ser posto em um quadro classificatório teve sua emergência na época clássica, com a classificação dos seres vivos, dos arquivos, das bibliotecas, das línguas, etc. O poder disciplinar opera pela classificação, normatização, fixação dos sentidos, colocação em um quadro comparativo onde cada coisa tem seu lugar definido. No Renascimento, além da população e da produção agrícola, a produção e circulação de livros também sofreu uma acelerada expansão principalmente por conta da revolução da imprensa realizada por Gutenberg e dos mecenas que passaram a investir em bibliotecas públicas. O acesso e o controle dos acervos só foram possíveis naquela época a partir da classificação dos livros, prática que se fundamentava em inseri-lo em uma categoria pré-determinada utilizando-se de um poder do tipo disciplinar e, por isso mesmo, tendendo a um fechamento do sentido, o que conduziu a uma padronização de linguagens de representação temática.

As práticas de classificação, normalização das bibliotecas e padronização da linguagem de representação bibliográfica propiciaram a criação de sistemas de classificação que são construídos com base na organização filosófica do conhecimento. Tendo em vista que o conhecimento é dinâmico, a organização dos registros do conhecimento nem sempre consegue acompanhar esse dinamismo. Da mesma forma que a sociedade industrial se tornou hoje a sociedade da informação e aquele poder disciplinar de controle da produção já não surte os mesmos efeitos de outrora, a organização das informações tendem a considerar, além dos aspectos e instrumentos tradicionais, outros aspectos em suas práticas que abranjam a dinamicidade das transformações da sociedade atual. Tudo isto se vincula a uma outra *episteme*, fruto do momento presente.

Assim, na contemporaneidade, o domínio da informação possibilita novas formas de relações de poder no sentido de que viabiliza ações estratégicas. É no

processamento da informação que a Ciência da Informação atua, ou seja, é na sua análise, representação, organização e disseminação para que a informação possa ser recuperada e utilizada a fim de gerar novos conhecimentos e possibilitar ações estratégicas:

o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação [...] (CASTELLS, 2001, p. 54)

A realidade do século XXI suscita novos modos de organização de saberes que se adaptem à Era da Informação, época em que a comunicação social se dá em grande parte por meio de redes sociais de compartilhamento de informações. Saldanha (2011, p. 58) cita Martínez Rider e Rendón Rojas (2004), que dizem que “a epistemologia informacional estaria vivenciando o paradigma simbólico¹⁵, uma resposta ao positivismo e ao representacionismo, que parte de métodos hermenêuticos e etnográficos”. Pela comunicação de símbolos, identidades também se constituem. Segundo Castells (2001, p. 57), “cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são”, ou seja, em torno de sua identidade. Se as sociedades informacionais parecem se caracterizar pela “preeminência da identidade¹⁶ como seu princípio organizacional” (CASTELLS, 2001, p. 57), e se as identidades são construídas com base em atributos culturais, isso implica aspectos éticos no tratamento das informações.

Tendo feita esta apresentação das noções foucaultianas de poder-saber e de poder disciplinar, a seguir serão abordados os conceitos de Bakhtin de significação, tema e o problema da compreensão para se entender o processo de produção e recepção dos sentidos instaurados pela folksonomia. Note-se que na Web 2.0 o poder disciplinar

¹⁵ “apresenta em seu modelo a observação da constituição de normas sociais e a formação de consensos locais, e aborda a realidade como um estado de categorias linguisticamente construído.” (SALDANHA, 2011, p. 58)

¹⁶ “processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais.” (CASTELLS, 2001 p. 57).

se potencializa, uma vez que a tecnologia do registro contínuo e indefinido se complexifica e radicaliza.

3.2 Significação, tema e o problema da compreensão

Bakhtin afirma que “a língua como sistema possui, evidentemente, um rico arsenal de recursos lingüísticos – lexicais, morfológicos e sintáticos – para exprimir a posição emocionalmente valorativa do falante”, porém se avaliados sem considerar o contexto real são absolutamente neutros. (BAKHTIN, 2003, p. 289). Ou seja, “As palavras quando retiradas de seu contexto perdem a significação particular para a qual foram empregadas. Elas adquirem significado na combinação com outras palavras, em relação a um dado contexto e a partir da compreensão dos interlocutores” (BAKHTIN, 1997, p. 131). Bakhtin fornece o aporte teórico para se entender sobre como a língua funciona dialogicamente, ou seja, na relação entre sujeitos e entre sujeitos e o mundo. Na vida, as palavras são resignificadas a cada momento novo em que são postas nessa relação e, ainda, os sentidos variam na medida em que circulam por diferentes gêneros discursivos: “a diversidade das modalidades de diálogo do cotidiano é extraordinariamente grande em função do seu tema, da situação e da composição dos participantes” (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Sobre a dimensão semântica presente nos trabalhos de Bakhtin, esta se refere a dois conceitos: tema e significação. O conceito de tema se refere à situação histórica, ao contexto de uso da comunicação, já “por significação, diferentemente do tema, entendemos os elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos. Naturalmente, esses elementos são abstratos: fundados sobre uma convenção” (BAKHTIN, 1997, p. 129). A significação se refere aos elementos lingüísticos em seus sentidos relativamente estáveis dentro do sistema lingüístico. Deste modo, o tema está para o discurso assim como a significação está para a língua enquanto sistema. Toda enunciação se realiza mediante um tema e, sendo a enunciação única, o tema também deve ser. Segundo Bakhtin (1997),

Fora do contexto, as palavras apresentam-se com múltiplas possibilidades de sentidos, como quando estão arrançadas em um dicionário, não fazendo referências a coisas reais, aparecendo, portanto, fora do discurso: a significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um *potencial*, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto (p. 131, grifo do autor).

Os sujeitos se utilizam dos recursos lingüísticos que, como elementos dentro do sistema da língua possuem múltiplos sentidos em potencial (significação), mas, a partir do momento em que esses recursos são utilizados em alguma situação real, com um propósito discursivo específico, por meio de um tipo específico de gênero discursivo, assumem um significado ideológico (o tema). No contexto de utilização da língua, a significação depende do tema assim como o tema depende da relativa estabilidade da significação para que seja compreensível. Segundo Bakhtin, a compreensão do tema de um enunciado (uma obra, por exemplo) envolve tanto aspectos lingüísticos, ou seja, deve se apoiar na relativa estabilidade da significação das formas lingüísticas que o compõe, como aspectos não verbais, pois, “se perdermos de vista os elementos da situação, estaremos tão pouco aptos a compreender a enunciação como se perdêssemos suas palavras mais importantes” (BAKHTIN, 1997, p. 128).

Considerando o contexto de uma real situação comunicativa, para se adequar aos diferentes campos de atividade, os indivíduos – sujeitos a diferentes coerções sociais, políticas, culturais, etc. – manipulam a língua, por meio de escolhas lexicais, sintáticas, fonológicas, de acordo com as necessidades de comunicação a partir de uma situação específica. Os enunciados são individuais, mas para cada campo de atividade há tipos específicos e relativamente estáveis de enunciados, os quais Bakhtin chama de gêneros do discurso. Na configuração das formas típicas dos enunciados estão inseridos o conteúdo temático, o estilo da linguagem (referente a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais) e, também, a sua construção composicional. Da mesma forma como acontece com a língua materna, pois iniciamos o estudo da gramática somente após já termos adquirido as habilidades lingüísticas de comunicação, utilizamos gêneros discursivos a todo momento mesmo sem conhecê-los teoricamente. Assim, tanto as formas da língua como as formas típicas de enunciados estão diretamente vinculadas, pois, “aprender a falar significa aprender a construir enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 283), ou seja, utilizar-se dos recursos lingüísticos em situações específicas de comunicação.

O enunciado é a unidade da comunicação discursiva e seu limite está na alternância dos sujeitos que estão dialogando. Bakhtin (2003) afirma que a inteireza do enunciado ocorre quando uma resposta é suscitada no interlocutor e isso é determinado por três elementos: 1) exauribilidade do objeto e do sentido; 2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; 3) formas típicas composicionais e gênero do

acabamento. Em relação ao segundo elemento, no projeto discursivo dos sujeitos, segundo Bakhtin, “sentimos a intenção discursiva de discurso ou a vontade discursiva do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras” (BAKHTIN, 2003, p. 281) e com isso medimos a conclusibilidade do enunciado. O segundo elemento determina também a escolha do gênero, a qual também se relaciona ao ponto de vista do sujeito em relação ao objeto. Uma ação responsiva depende dessa percepção do todo do enunciado do falante. Para Bakhtin, a comunicação discursiva não é uma via de mão única em que o falante é o sujeito ativo e o ouvinte, o sujeito passivo da comunicação por ser o receptor do discurso. O processo de ação responsiva se inicia a partir do início de uma enunciação, uma vez que já na mente do ouvinte se forma uma contrapalavra que é sua palavra interior:

O ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante (BAKHTIN, 2003, p. 271)

Além da ação responsiva do ouvinte, o próprio falante está respondendo a algo já dito antes, pois os enunciados se encontram organizados em uma corrente complexa: “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2003, p. 300). Outros enunciados já ditos sobre um mesmo objeto também interpelam o processo de enunciação, compreensão e ação responsiva, pois a palavra existe em três aspectos:

como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão. (BAKHTIN, 2003, p. 294)

Segundo Bakhtin (2003, p.289), o elemento expressivo “existe em toda parte: um enunciado absolutamente neutro é impossível”. Uma das formas de se expressar valorativamente no enunciado é a entonação expressiva. A relação emocionalmente valorativa entre o sujeito e o objeto é um fator determinante para a escolha dos recursos da língua: “Se uma palavra isolada é pronunciada com entonação expressiva, já não é uma palavra. mas um enunciado acabado expresso por uma palavra” (BAKHTIN, 2003,

p. 290). Assim, em relação à construção composicional do enunciado, a idéia que se quer transmitir pode ser dita em uma única palavra, se esta tiver uma tonalidade expressiva. Ligado à construção composicional do enunciado está o estilo do sujeito enunciatador. Todo enunciado é individual no sentido de que é proferido por algum indivíduo e, por isso, pode refletir sua individualidade, por exemplo, através das escolhas das formas gramaticais. Mesmo assim, “a despeito de toda individualidade e do caráter criativo, de forma alguma pode ser considerado uma *combinação absolutamente livre* de formas da língua” (BAKHTIN, 2003, p.285, grifo do autor), pois os sujeitos sempre estão inseridos em algum tipo de esfera social de atividade que configura algum tipo específico de gênero discursivo, o qual, mesmo sendo um gênero mais flexível, formula, através de convenções sociais, tipos específicos de enunciados. A relação entre estilo e gênero está ligada à função que requer um tipo específico de linguagem, podendo ser função científica, técnica, publicística, oficial ou cotidiana. Nos gêneros mais livres é possível uma formulação de enunciados criativos que, por exemplo, possibilitem uma inovação fonética, lexical ou gramatical. No entanto, para que haja transformação no sistema da língua tal fenômeno deve passar pela experimentação social até se configurar em formas típicas de determinados campos de atividade e integrar o sistema da língua. Juntamente com as modalidades de gêneros mais flexíveis há, também, as que requerem formas padronizadas (por exemplo, os documentos oficiais e as ordens militares), que não permitem uma maior expressão da individualidade na linguagem. Os sinais evidentes de que houve uma efetiva transformação no sistema lingüístico podem ser observados nos gêneros de campos de atividades com um caráter mais complexo e formal.

O estudo dos estilos de linguagem devem estar atrelados ao estudo dos gêneros discursivos, pois “a passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o som do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como destrói ou renova tal gênero” (BAKHTIN, 2003, p. 268). No processo de formação dos gêneros discursivos secundários (romances, trabalhos científicos, publicidade), mais desenvolvidos e organizados, eles incorporam e reelaboram os gêneros primários, mais simples e relacionados às atividades cotidianas. Na relação entre gênero primário e gênero secundário está implicada a questão da reciprocidade entre linguagem e ideologia. Os gêneros primários configuram o meio em que circula a ideologia do cotidiano, enquanto os gêneros secundários abarcam os sistemas ideológicos mais complexos e

institucionalizados:

Chamaremos a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se liga, *ideologia do cotidiano*, para distingui-la dos sistemas ideológicos constituídos, tais como a arte, a moral, o direito, etc” (BAKHTIN, 1997, 121, grifo do autor)

Bakhtin afirma que a ideologia não pode manifestar-se senão através de um material semiótico. O signo é o material semiótico onde se veiculam ideologias, pois ele possui um significado que remete para fora de si mesmo podendo se abrir para múltiplas significações conforme a esfera de sua utilização. Cada campo específico de atividade utiliza-se de signos conforme sua função na sociedade, podendo ser campo religioso, científico, jurídico, etc.. Segundo o autor, um signo é um fragmento material da realidade, ou seja, pode ser um som, uma cor, algum tipo de movimento, etc. A compreensão, o que acontece na consciência, nada mais é do que uma resposta a um signo por meio de outros signos. Essa realidade do signo forma uma cadeia de compreensão que interage de consciência individual em consciência individual. Porém, o fenômeno da constituição de um signo não pode ser tido como natural, pois, para que isso aconteça é necessário que os sujeitos estejam socialmente organizados. Bakhtin (1997) diz que a palavra é o signo ideológico por excelência. Apesar de ser o elemento revelador das ideologias na comunicação, é também signo neutro. Ela não pertence a nenhum campo específico de criação ideológica, isto porque, ela “pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa” (BAKHTIN, 1997, p. 37). A palavra é um instrumento da consciência produzida com os recursos do sujeito falante, é “*palavra interior*” (BAKHTIN, 1997, p. 37, grifo do autor), mas, ao mesmo tempo, por meio de sua função de signo é produzida socialmente, sendo signo social, assim, “*funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for*” (BAKHTIN, 1997, p. 37, grifo do autor). Os signos não-verbais, as imagens, por exemplo, mesmo não sendo substituíveis por palavras muitas vezes são acompanhados por elas. Um signo cultural “quando compreendido ganha um sentido e torna-se parte *da unidade da consciência verbalmente constituída*” (BAKHTIN, 1997, p. 38, grifo do autor), ou seja, é abordado verbalmente por ela. Deste modo, pode-se entender que transformamos em palavras de nossa consciência tudo o que vimos e sentimos. Por isso,

a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, [...] constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações

quantitativas de mudanças, que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 1997, p. 41, grifo do autor)

Segundo Bakhtin (1997), a psicologia do corpo social constitui um elo entre a estrutura sócio-política e a ideologia, materializando-se sob a forma de interação verbal; ela não se situa no interior dos indivíduos, mas é exteriorizada na ação comunicativa, seja por meio de palavras ou gestos: “no seio desta psicologia do corpo social materializada na palavra acumulam-se mudanças e deslocamentos quase imperceptíveis que, mais tarde, encontram sua expressão nas produções ideológicas acabadas” (BAKHTIN, 1997, p. 42). Essa psicologia social corresponde, para Bakhtin, ao conceito de ideologia do cotidiano pelo fato de o conteúdo da consciência e, conseqüentemente, a sua expressão, serem socialmente determinados. Segundo Bakhtin (1997), toda forma de expressão é determinada pelas condições reais mais imediatas da enunciação; assim, no momento da expressão organiza-se o conteúdo interior o qual se apropria do material exterior com suas regras e condições próprias: “o centro organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior” (BAKHTIN, 1997, p. 112). Todo indivíduo se comunica visando um certo horizonte social definido, “um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito” (BAKHTIN, 1997, p. 112). Isto indica que os sujeitos sempre se dirigem a um outro sujeito na comunicação, mesmo que este não seja um interlocutor real, podendo “ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor” (BAKHTIN, 1997, p. 112). A palavra comporta duas faces, procede de alguém e se dirige a alguém:

O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um *auditório social*, próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc. Quanto mais aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará do auditório médio da criação ideológica, mas em todo caso o interlocutor real não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas (BAKHTIN, 1997, p. 112-113)

A partir do momento em que há a expressão de uma atividade mental interior em um tipo de enunciação, ela se adapta conforme a orientação social a qual se dirige, o que diz respeito ao contexto social imediato da comunicação, aos interlocutores reais e também ao estoque social de signos disponíveis. Assim, “o nosso mundo interior [que] se adapta às possibilidades de nossa expressão” (BAKHTIN, 1997, p. 118). A

ideologia do cotidiano diz respeito à atividade mental ligada ao cotidiano social, com também às várias formas de expressão dessa atividade mental: “a ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência” (BAKHTIN, 1997, p. 118). Portanto, consciência e ideologia estão ligadas: “enquanto expressão material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical, etc.), a consciência constitui um fato objetivo e uma força social imensa” (BAKHTIN, 1997, p. 118). A consciência ideológica é constitutiva do ser, assim que ela sai do seu esboço interior e passa pelas etapas de objetivação e aprovação social, entrando para o “poderoso sistema da ciência, da arte, da moral e do direito, a consciência torna-se uma força real, capaz mesmo de exercer em retorno uma ação sobre as bases econômicas da vida social” (BAKHTIN, 1997, p. 118).

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem [...] (BAKHTIN, 1997, p. 119).

A ideologia do cotidiano é composta por vários níveis. Os níveis superiores da ideologia do cotidiano têm contato com as ideologias oficiais já constituídas e, sendo mais móveis que estas últimas, repercutem as transformações da infra-estrutura sócio-econômica. É na ideologia onde se “acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos” (BAKHTIN, 1997, p. 120). Assim como a composição da enunciação e da atividade mental, a elaboração estilística da enunciação também é de natureza sociológica. A língua vive e evolui por meio do fenômeno social da interação verbal, sendo o diálogo uma das formas mais importantes desse fenômeno, não necessitando apenas de pessoas se comunicando face a face, pois pode se dar também por meio de discurso escrito. A interação verbal é realizada através de enunciações concretas, sendo que qualquer enunciação é apenas uma “fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.)”, comunicação esta que corresponde a apenas um momento na evolução de um determinado grupo social. Assim, segundo Bakhtin (1997), evolução da língua ocorre da seguinte maneira:

as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a

comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua. (p. 124)

Então, as mudanças se iniciam nos usos cotidianos da língua, que começam a se diferenciar em gêneros discursivos específicos para talvez adentrarem no sistema linguístico. A relação entre tema e significação, explicada mais acima, implica uma relação entre variabilidade e estabilidade, o que garante tanto a possibilidade de comunicação, como o espaço da criatividade e da inovação:

O tema é um *sistema de signos dinâmico e complexo*, que procura adaptar-se adequadamente às *condições de um dado momento da evolução*. O tema é uma *reação da consciência em devir ao ser em devir*. A significação é um *aparato técnico para a realização do tema*. (BAKHTIN, 1997, P.129, grifo do autor)

Os temas da comunicação verbal se transformam e são expressos através de tipos diferenciados de discurso, ou seja de gêneros discursivos que vão se adaptando às esferas ideológicas: “a cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas” (BAKHTIN, 1997, p. 43). As formas da comunicação verbal nos diferentes contextos da vida são determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política. Os signos surgem de grupos de objetos que são valorizados em uma etapa do desenvolvimento social, sendo que tais objetos estão ligados às condições sócio-econômicas essenciais de um dado grupo adquirindo uma “significação interindividual” (BAKHTIN, 1997, p. 45). Um objeto só se torna signo e entra para o domínio da ideologia quando adquire um valor social. Apenas por meio de um consenso social os índices de valor se exteriorizam em material ideológico:

todos estes índices sociais de valor dos temas ideológicos chegam igualmente à consciência individual que, como sabemos, é toda ideologia. Aí eles se tornam, de certa forma, índices individuais de valor, na medida em que a consciência individual os absorve como sendo seus, mas sua fonte não se encontra na consciência individual. O índice de valor é por natureza *interindividual* (BAKHTIN, 1997, p. 45)

O signo é determinado tanto pelo consenso entre indivíduos socialmente organizados, o que reflete formas específicas de comunicação, quanto pela situação momentânea da comunicação. Os conceitos de tema e significação, tal como são definidos por Bakhtin, oferecem aporte teórico para entender o funcionamento da língua

como uma atividade coletiva e em constante transformação, tendo como base a dimensão semântico-discursiva. Assim, Bakhtin vai além de uma visão pragmática por considerar não somente a situação imediata da comunicação, mas também a sua dimensão ideológica e valorativa. Tomando por base a definição de língua como atividade social e como trabalho coletivo, entende-se que a língua é processo, não produto, e está sujeita a transformações conforme seu uso, seja na sua face estrutural, seja na dimensão discursiva. Nesta pesquisa, não se considera apenas a dimensão discursiva da linguagem (o tema), mas também a sua estrutura, entendida como heterogênea, idéia também defendida pela Sociolinguística:

Ao contrário da norma-padrão, que é tradicionalmente concebida como um produto *homogêneo*, como um jogo de armar em que todas as peças se encaixam perfeitamente umas nas outras, sem faltar nenhuma, a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente **heterogênea**, *múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução*. Ao contrário de um produto pronto e acabado, de um monumento histórico feito de pedra e cimento, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. A língua é uma **atividade social**, um *trabalho coletivo*, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita (BAGNO, 2009, p. 36)

Segundo Bakhtin (2003, p.283), “falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas”. Deste modo, considerando a *tag* um signo que parte de um sujeito em direção a outro numa espécie de diálogo, ela tem um tipo específico de acabamento que possibilita ao leitor a sua compreensão e a torna disponível para uma ação responsiva, fato que faz dela um enunciado que carrega a representação de um determinado conteúdo e está sujeita à relação dialógica, podendo ser utilizada, avaliada, comentada, negociada, rejeitada, etc. As *tags* compostas por palavras incitam contrapalavras, pois materializam um dado tema; elas entram nesse jogo de representação no qual os sentidos presentes na memória social são mobilizados e negociados, podendo abrir para novas significações no dinamismo do dialogismo. Assim, as *tags* são enunciados e não palavras isoladas. Nas análises das especificidades da prática da folksonomia no que diz respeito à veiculação dos sentidos por meio das *tags*, trata-se de uma forma de relação dialógica, na qual estão envolvidos a compreensão de uma *tag*, as constantes trocas de algumas *tags* por outras e a criação contínua de novas *tags* que são compartilhadas socialmente. As *tags*, então, operam como signos que partem de um sujeito em direção a outros e estão, a todo momento, sujeitas a avaliações sociais. Nesta prática, como ocorre também em outros tipos de

redes sociais, é possível ao sujeito colaborar, criar, formar grupos de interesses comuns, julgar e transformar “livremente” os conceitos por meio do ato ético e responsivo. É claro que esse agir responsivo, em que os sujeitos oferecem uma resposta aos enunciados que os interpelam, não significa que não haja relações de poder, mas indica que essas relações se tornaram mais dinâmicas e frouxas. O poder, nesse contexto, assume novas configurações.

3.3 A folksonomia, os sentidos e o poder

A Era da Informação vem sendo configurada por novas relações entre o conhecimento e o mundo, relações estas permeadas pelas tecnologias e pelas redes sociais virtuais de relacionamento que propiciam o compartilhamento de informações em tempo relativamente independentemente da localização física dos sujeitos. Há, então, uma alteração também entre a relação tempo e espaço. Como já mencionado, segundo Ranganathan, as condições de organização dos registros de conhecimento resultam das condições de geração, socialização e organização filosófica desse conhecimento. Apoiando-se nessa idéia rangathaniana, entendemos que as ferramentas da Web 2.0, como a folksonomia, podem ser um exemplo disso, pois além de propiciar novas formas de geração de informações pelo compartilhamento de informações on-line, pela negociação de conceitos, pela apreciação social de diversos tipos de conteúdos e pela formação de grupos de interesse em comum que se fortalecem em identidades constituídas socialmente, a folksonomia é o próprio instrumento de classificação e organização dessas informações. A folksonomia tem sido uma tendência nos estudos do campo da Ciência da Informação, pelo fato de as formas de organização das informações já legitimadas neste campo não darem conta das novas configurações da Web com a sua evolução para Web 2.0. Ao comparar a dinâmica de compartilhamento de informações, tem-se na folksonomia “o mesmo fenômeno que ocorre nas redes sociais ou *‘social network’*” (GALDO; VIERA; RODRIGUES, 2009, s. p.). O fator motivador da prática da classificação na folksonomia se baseia em um compartilhamento de necessidades humanas como as de comunicação e convivência:

o que motiva o usuário a se dedicar livremente a esse tipo de atividade é o fator comunicativo, a integração social. O próprio usuário classifica a informação, compartilha com uma comunidade, navega pelas informações

classificadas por outros, se integra e encontra pontos de interesse comum com outras pessoas. (GALDO; VIERA; RODRIGUES, 2009, s. p.)

Conforme mencionado anteriormente, o fato de a Web 2.0 possibilitar uma circulação “livre” e a folksonomia ser tida como uma prática criativa e igualmente “livre” de etiquetagem social, isso não implica a inexistência de relações de poder. Ocorre que na dinâmica de funcionamento das redes sociais da Web 2.0 opera um tipo de poder que funciona “segundo o modelo estratégico, ao invés de jurídico, deslocando as chaves de sua compreensão das noções de lei, interdição e soberania para as de objetivo, eficácia e correlações de força” (BUZATO; SEVERO, 2010, p.4). Através do prazer e incitação ao relacionamento e compartilhamento de informações online, é configurada a base de funcionamento da Web 2.0, onde consiste a regra:

circule, conecte-se cada vez mais. Trata-se de uma tecnologia de poder cuja configuração discursiva e não-discursiva funciona fazendo circular. Com isso, os rastros das circulações, das redes criadas entre pessoas, desejos, conteúdos, etc., são mapeados, controlados e devolvidos aos sujeitos de forma a incitá-los ainda mais à circulação. O rastreamento da circulação implica o rastreamento dos desejos. Dessa forma, vê-se a maneira pela qual os sujeitos – induzidos pela sensação de “liberdade” – ao circularem incessantemente operam amarrados a uma certa lógica do poder, constituindo um dado modo de ser e de se relacionar na Web 2.0. (BUZATO; SEVERO, 2010, p.7- 8)

Voltando-se para a prática tradicional de classificação bibliográfica, como mostrou Lucas (2000) em seu trabalho, há diferentes formas de compreensão e representação para diferentes bibliotecários mesmo numa prática com base no sistema tradicional. No procedimento tradicional de organizações das informações, a partir da leitura e compreensão do conteúdo de um texto é que o bibliotecário irá utilizar-se dos sistemas de classificação ou listas de vocabulário controlado para representá-lo. Portanto, nesse processo, a compreensão vem em primeiro lugar. Os diversos sentidos produzidos pela leitura não são os mesmos para diferentes leitores, embora os leitores-bibliotecários, em específico, tendam a produzir leituras motivadas por uma certa chave interpretativa conferida pelas instituições e pelos sistemas de classificação. Cada leitor carrega seu horizonte valorativo e tem suas próprias experiências, fato que influencia o entendimento e a apreensão do sentido de uma obra. Além disso, os leitores interpretam os enunciados alheios a partir de seu horizonte social, estando este, muitas vezes, vinculado a algum tipo de instituição social, como no caso do bibliotecário. Esse fato

afetará o ponto de vista do leitor-bibliotecário ao julgar, por exemplo, qual ou quais assuntos são mais significativos na classificação de um documento. Devido ao lugar social ocupado pelo bibliotecário, o processo classificatório, embora se inicie com uma leitura baseada na compreensão ativa do tema, acaba se mecanizando, a partir de um gesto ideológico, pelo apagamento da dimensão valorativa e dialógica dos sentidos por meio de uma força de coerção vinculada a uma certa instituição que dita como e o que deve ser interpretado. Os discursos acadêmicos tradicionais sobre a leitura do bibliotecário enfatizam que este deve ter um olhar neutro e não-interpretativo da obra de forma que as tabelas padronizadas de classificação possam ser utilizadas de modo objetivo, assim, este profissional tende a aplicar de forma unilateral chaves de compreensão e de decodificação das informações. Esse tipo de leitura visa legitimar como científica a prática do bibliotecário. É claro que isso não implica que o gesto classificatório seja neutro, pois envolve diversos processos (ideológicos e valorativos) de compreensão. Devido ao controle terminológico, a tendência é se fechar o espaço da interpretação e da criatividade, sendo que a significação deve provir de sistemas ideológicos já cristalizados.

Na folksonomia, diferentemente, a preocupação do *taggeador* não é inserir uma obra em uma única categoria, mas sim permitir representações e avaliações variadas de conteúdos, além de possibilitar a relação entre os textos, já que as *tags* vinculam-se a outras *tags* formando uma rede de hipertexto. Com essa nova forma de classificar, a linguagem real e concreta pode se infiltrar mais facilmente no meio institucionalizado. Trata-se de um confronto entre a ideologia oficial e a ideologia do cotidiano nessa nova forma de se fazer classificações. Isso mostra que as relações sociais possibilitadas pela folksonomia vão além do que simplesmente um compartilhamento dos conteúdos eletrônicos. Elas podem causar transformações do tema por meio da ampla circulação de avaliações e aprovações sociais. Tal prática social colaborativa está sendo incorporada por um saber com estatuto de ciência que é a Biblioteconomia e Ciência da informação como uma forma de auxiliar na representação das informações, o que implica que esse sistema ideológico oficial pode ser afetado, de certa forma, por um confronto com ideologias cotidianas. Possivelmente, a prática da folksonomia contribuirá para que muitos dos sentidos veiculados por palavras utilizadas como *tags* se estabilizem, se deslocando do contexto das práticas sociais cotidianas para a prática dos profissionais:

Os níveis superiores da ideologia do cotidiano que estão em contato direto com os sistemas ideológicos, são substanciais e têm um caráter de responsabilidade e de criatividade. São capazes de repercutir as mudanças da infra-estrutura sócio-econômica mais rápida e mais distintamente. (BAKHTIN, 1997, p. 120)

Essa nova prática se diferencia dos padrões tradicionais de classificações e avaliações de obras e instaura um novo ambiente de confronto entre a ideologia do cotidiano, que não pertence a nenhuma esfera ideológica específica, e as ideologias constituídas das ciências, das artes, da justiça, etc.. Na sua utilização cotidiana, a palavra vai se modificando lentamente até tomar uma nova tonalidade ideológica que adentra os sistemas ideológicos oficiais, o que faz dela o indicador mais sensível das mudanças sociais. A experimentação de categorias novas expressas por palavras ou junção de palavras ainda não dicionarizadas, as quais são aceitas ou não, reflete a história da sociedade e da linguagem.

A folksonomia é uma prática livre no sentido de que qualquer pessoa pode colaborar e criar novas formas lexicais, mas isso não significa que haja ausência de relações de poder, ao contrário, as relações de poder são condição para o exercício da liberdade (FOUCAULT, 1995a). O poder circula em meio às coerções sofridas pelos indivíduos dependendo da esfera ideológica de onde estão falando e interagindo. No que se refere à situação de uma enunciação, a expressão interior do indivíduo depende da realidade imediata da comunicação e só pode se organizar e se realizar em condições materiais exteriores com suas próprias regras que funcionam como forças de coerções sobre as práticas discursivas. Mais adiante será ilustrado como, no jogo da folksonomia, o poder opera pelas ações responsivas dos sujeitos, os quais passam a ser as próprias instâncias regulamentadoras de controle dos discursos em um espaço em que o poder circula de uma outra maneira, favorecendo a liberdade para a avaliação de novas formas de categorias. Contudo, os sujeitos agem como instâncias de controle dos discursos a partir do lugar onde estão inseridos na sociedade, apoiados em poderes que circulam pelas instituições sociais como a família, a escola, as universidades, a prisão etc., e que são mais ou menos legitimados pelos sistemas ideológicos constituídos da religião, da medicina, da arte, da pedagogia, da ciência, da justiça, etc. Entretanto, essas instâncias de controle não são soberanas, o que se evidencia na ação criativa possibilitada pela folksonomia.

Muitas inquietações surgem, para os bibliotecários e cientistas da informação, nas práticas tradicionais de classificação bibliográfica: por exemplo, em que categoria

encaixar obras que tratam de vários temas relacionados? Na CDD, a obra *História da Sexualidade* de Michel Foucault poderia ser categorizada como “Filosofia” e seriam atribuídas algumas palavras-chaves de acordo com o ponto de vista do bibliotecário por meio de um vocabulário controlado. Já no site *Amazon*, site de comércio eletrônico que utiliza a folksonomia, ao clicar no *link* para o livro: *The History of Sexuality, Vol. 1: An Introduction*, abre-se uma página com uma série de informações separadas por seções, dentre as quais uma é específica para as *tags*:



Figura 2. *Tags* no *Amazon*, acesso em 20 fev. 2012.

Nota-se uma ampla possibilidade de representações para esta obra. Num primeiro momento de consulta, em meados de 2010, observaram-se as seguintes *tags* dentre as mais utilizadas: *philosophy*, *sexuality*, *gender*, *poststructuralism*, *power*, *politics* representando vários pontos de vista de vários sujeitos diferentes. Em uma nova consulta, como revelado na figura acima extraída do site do *Amazon* em fevereiro de 2012, observou-se o desaparecimento, dentre as *tags* principais, das *tags* *poststructuralism* e *power* e o aparecimento de *postmodernism* como uma das *tags* mais utilizadas. Isto ilustra que a atribuição de *tags* não é uma prática estática e faz circular determinadas *tags* em um dado momento, influenciando avaliações alheias, sendo que, em outro, as mesmas *tags* podem desaparecer. Assim, a *tag* funciona como enunciado e se torna um elo na cadeia de comunicação discursiva configurada pela folksonomia. Então, além de mostrar diversos pontos de vista funcionando como uma forma de resistência ao método classificatório tradicional, tais pontos de vista se modificam e influenciam avaliações futuras. A folksonomia opera pela abertura dos sentidos e a variabilidade de significações, enquanto a classificação tradicional pelo fechamento e a cristalização.

Um outro aspecto a ser analisado é o fato de que na internet, mais precisamente em *sites* de relacionamentos e redes sociais, a escrita tem sido fortemente caracterizada com marcas da oralidade, típicas de gêneros primários mais informais. Pessoas de diferentes regiões, idades e gêneros se misturam formando grupos de interesses em comum que se comunicam em um espaço fecundo para as variações da língua, uma vez que estão em jogo o embate e a negociação de diferentes sentidos sócio-ideológicos. Assim, a internet, ao favorecer interações múltiplas e heterogêneas por meio da linguagem, torna-se um espaço propício para detonar uma maior variabilidade das formas lingüísticas, que são mobilizadas com intuitos diferentes: para expressar emoções, tornar a comunicação mais rápida, definir um dado grupo social, construir uma dada identidade, etc. Considerando que, como foi apresentado por Castells (2001), os sujeitos constroem sua identidade com base em um ou mais atributos culturais, a língua pode ser vista como lugar privilegiado de construção das identidades. As classificações como são feitas pela folksonomia atestam que a língua é uma realidade heterogênea, maleável e sujeita a modificações a partir da interação entre grupos de interesses comuns:

É comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer “a mesma” coisa. Algumas palavras como *carro* e *automóvel* parecem ter os mesmos referentes; outras têm duas pronúncias, como *cantando* e *cantano*. Existem opções sintáticas como *Uma pessoa que eu confio muito* vs. *Uma pessoa em quem eu confio muito*[...]. (LABOV, 2008, p. 221)

Tais variabilidades lingüísticas se devem a fatores como a situação imediata do diálogo, ao grupo a que pertence o sujeito enunciador, ao tipo específico de esfera comunicativa que está englobando o ato comunicativo, aos pontos de vista de quem enuncia, ao *outro* presente no ato comunicativo, entre outros. Assim, a folksonomia, além de fornecer subsídios para uma melhor organização e recuperação de informação na Web com a possibilidade de uma identificação das tendências sociais de categorização, fornece também subsídios para uma observação das variantes da língua. Esta última possibilidade também pode ser relevante para a organização das informações, pois, os usuários utilizam-se de seus próprios recursos lingüísticos para buscá-las. Tanto a categorização quanto as variabilidades lingüísticas são fenômenos que dependem de elementos culturais, o que implica também aspectos éticos, uma vez que envolve a relação valorativa dos sujeitos com os seus projetos discursivos.

Para ilustrar, tomamos como exemplo *tags* do *Flickr*¹⁷, *site* de compartilhamento de fotos. É preciso, contudo, esclarecer de antemão que neste caso não será analisada a interpretação que o usuário faz da imagem, pois para isso seria preciso estudar outras teorias que fornecessem subsídios para se entender a relação entre discurso e imagem. Mas o que será observado aqui é a relação existente entre as *tags* atribuídas e o que a visualização dessas *tags* sugere. Nesta análise a imagem será considerada apenas como um dos tipos de conteúdos digitais passíveis de serem classificados pelos usuários, pois o que interessa são as variações das *tags* escolhidas. Independentemente do critério do usuário ao escolher uma *tag* para um texto escrito, para uma música ou para uma imagem, ele as escolhe conforme a significação que o conteúdo lhe suscita e a relação de valor que ele estabelece com aquilo que será “*taggeado*”. Ao analisar as classificações feitas para diferentes fotografias no *Flickr*, foram observados vários tipos de variedades que se misturavam às *tags* de uso mais freqüente. Como exemplo, foi feita uma busca com a palavra mandioca. Nas observações notou-se que várias imagens traziam as *tags*: *mandioca*, *aipim* e *macaxeira*, sinônimos usados em diferentes regiões do Brasil. Assim, para este exemplo a folksonomia atesta uma variação de léxico que diz respeito ao fator regional. Em um vocabulário controlado, por exemplo, seria necessária a padronização com a utilização de somente uma das palavras, e a partir de critérios bem definidos de classificação, o que apagaria a dimensão regional e, portanto, ideológica inscrita na seleção dos termos. Abaixo seguem as *tags* atribuídas a uma fotografia na busca realizada:



Figura 3. *Tags* no *Flickr*, acesso em 26 fev. 2012.

Nota-se acima que além de variantes regionais utilizadas (*aimpim*, *mandioca*, *macaxeira*), há outras *tags* vinculadas a campos semânticos diferentes (*cozinha*, *brasilidade*), além de mobilizar também outras línguas (*inglês*). Percebe-se, no termo “Brasil” um vínculo com algo que definiria uma cultura nacional em termos de

¹⁷ <http://www.flickr.com/>

alimentação típica, o que é reforçado pelo uso de termos em inglês. Além disso, a *tag* “dircinha” é o nome da usuária do *Flickr* que postou a foto para a qual foram atribuídas tais *tags*. Essa mobilização de termos oriundos de diferentes campos semânticos estabelece um outro gesto de leitura, em que cada palavra-enunciado passa a ser lido a partir da relação com as demais.

As *tags* podem ser observadas também por meio de uma visualização gráfica chamada nuvem de *tags*, um emaranhado de palavras apresentadas em diversos tamanhos que correspondem à frequência de seus usos como *tags*. Nesse caso, o tamanho das palavras e sua ocorrência se alteram conforme a sua frequência de utilização, o que afeta também a configuração da nuvem de *tags*. A nuvem não é estática, não é possível prever em qual velocidade se dará sua dinâmica de transformação, pois ela depende de fatores sociais. Assim, as interações das pessoas com os conteúdos dos sites para atribuir *tags* a esses conteúdos modificam a configuração das nuvens de *tags*. Este aspecto pode ser um aliado na observação das tendências de assuntos para um determinado site. Assim, ao observá-la como um enunciado, apesar de, neste caso, nem todas as *tags* se relacionarem semanticamente de maneira clara, esta nuvem diz algo ao usuário, ou seja, representa os temas mais recorrentes do *Flickr* em um determinado período, suscitando tendências de assuntos. A variabilidade de termos se mistura nas nuvens de *tags* cuja construção icônica é movida por uma certa dinâmica de classificação, pois as nuvens “modificam-se em tempo real, em interação constante entre os usuários e a informação, modificando também a relação de tempo entre a classificação da informação e seu uso” (GALDO; VIERA; RODRIGUES, 2009, s. p.).

A figura abaixo é a imagem de uma nuvem de *tag* extraída do *Flickr* em janeiro de 2012. Ao observar seu funcionamento, notou-se que clicando no *link* Explorar, uma outra página é aberta onde a nuvem se apresenta. Esta nuvem serve para explorar o *Flickr* por meio das *tags*. Na experimentação do site conclui-se que a nuvem de *tags* no *Flickr* sugere os assuntos mais frequentes do site naquele momento, portanto, ela não se refere a uma única imagem somente, mas às *tags* mais utilizadas do site como um todo. No *Flickr*, os usuários são estimulados a explorar os conteúdos mais *taggeados* do momento, a partir das *tags* mais populares:

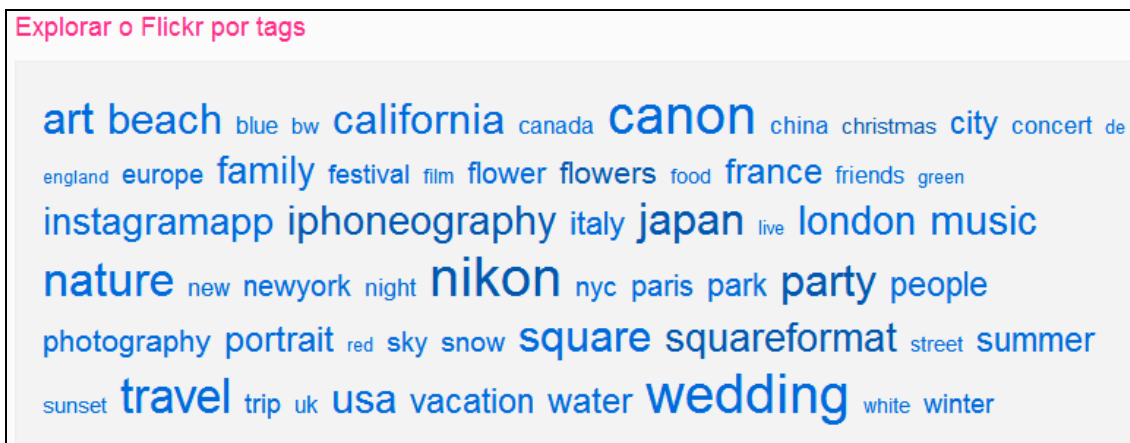


Figura 4. Nuvem de *Tags* do *Flickr*, acesso em 20 jan. 2012.

Nota-se, na nuvem acima, que todas as *tags* estão grafadas em inglês. Por se tratar das *tags* mais populares do *site* como um todo, acredita-se que a maior parte dos usuários do *Flickr* sejam falantes da língua inglesa. Outro aspecto observado se refere ao campo semântico dessas *tags*, que estão vinculadas a viagens, turismo, passeio, diversão, festas, e, também, a estações do ano, ou seja, atividades e épocas que motivam os sujeitos a fotografarem para registrarem tais momentos. Relacionado a essa temática de turismo aparecem também, curiosamente, em grande destaque as *tags* Canon e Nikon, as quais representam marcas de câmeras fotográficas e sugerem a possibilidade de serem as marcas mais populares na comunidade do Flickr ou, ainda, a possibilidade de serem utilizadas como estratégias de marketing. Nota-se também o uso de adjetivos, como as *tags* blue, green, red, white, new, diversificando as classes de palavras usadas.

A representação de conteúdos por *tags* utiliza-se de um estilo de linguagem com uma finalidade específica que é organizar conteúdos por meio da significação atribuída pelos próprios usuários. A estrutura composicional das *tags* é composta por uma única palavra, uma expressão, ou uma frase curta que assume a função de palavra-chave. Estes aspectos, quais sejam, o estilo, a estrutura composicional, a finalidade, a entonação expressiva das *tags* conferem seu acabamento à *tag* tomada como enunciado. Para Bakhtin, o elemento expressivo é um dos fatores que determinam as escolhas dos recursos linguísticos, o qual pode se dar pela entonação expressiva no enunciado. O site *Last.fm*, o qual utiliza a ferramenta da folksonomia, mostra como as *tags* recebem a valoração dos sujeitos nas categorizações das músicas. Assim, nesse caso, “as *tags* não precisam estar vinculadas ao gênero/estilo musical em si e podem agregar valores subjetivos como ‘breakfast radio’ (rádio do café da manhã), ‘músicas que eu amo’,

‘música mais gay de todos os tempos’” [...] (AMARAL; AQUINO, 2008, p.3). Deste modo, há espaço para as entonações expressivas e apreciações sociais na escolha das categorias que irão representar os conteúdos. Na observação de algumas *tags* no *Last.fm* nota-se que elas são formadas por julgamentos estéticos na representação de conteúdos, os quais, segundo Huvila (*apud* GRACIOSO, 2010, p. 145), pode ser usado como critério para organização do conhecimento. As *tags* no *Last.fm*, portanto, são atribuídas segundo aspectos perceptivos e afetivos a partir de consensos, entre usuários que possuem gostos similares, sobre o que é interessante compartilhar e representar.

No *Last.fm* as *tags* também relacionam pessoas que compartilham do mesmo interesse musical. Os usuário do *Last.fm* faz seu cadastro e cria um perfil de usuário, adiciona amigos, grupos, cria sua própria biblioteca com seus artistas preferidos, sendo possível executar uma rádio com os artistas da sua biblioteca, estando esta disponível a todos usuários do site. Na página do perfil do usuário podem ser apresentadas informações como nome, idade, sexo, país, opção para adicionar como amigo, e enviar mensagem. Nesta mesma página também é possível comparar gostos musicais em um campo próprio, onde qualquer usuário interessado digita o nome de suas bandas preferidas e o *site* fornece um indicativo do grau de compatibilidade musical. Na página do perfil também é possível visualizar as atividades recentes do usuário, os amigos e grupos que adicionou, as últimas faixas de música que executou, sua biblioteca, seus principais artistas, suas músicas preferidas, sua caixa de mensagens. A biblioteca de cada usuário está organizada pelos artistas, pelas músicas preferidas, por listas de músicas, pelas *tags* que utilizou, podendo optar pela lista de *tags* pela frequência de utilização de cada *tag* ou pela nuvem de *tags*.

Já a nuvem de *tags* do *Last.fm* tem um funcionamento diferente da nuvem do *Flickr*, pois ela não apresenta uma nuvem geral do site com os assuntos mais freqüentes de um período determinado. No *Last.fm* para cada artista procurado aparece uma nuvem com as *tags* utilizadas para classificar o estilo musical de tal artista, além de *tags* de outros artistas e estilos relacionados a ele. Na busca feita no site *Last.fm* pelo artista Toquinho, observou-se, na nuvem de *tags*, as *tags* *calming* e *recommended*, formas de classificação por meio das apreciações dos usuários em relação à música. Ao clicar na *tag* *calming*, por exemplo, aparece, dentre outras *tags* relacionadas, a *tag* *relaxing*, também com conteúdo apreciativo, revelando uma forma de organização pela valoração social. A nuvem de *tags* possibilita o contato com diversas variedades linguísticas, nos

níveis fonéticos, morfológicos, sintático, semântico, lexical, estilístico-pragmático e discursivo, além do contato com outras línguas, constituindo, por vezes, um universo plurilingue e hierarquizado. Seguem abaixo alguns casos que ilustram a variabilidade linguística favorecida pela prática da folksonomia, especialmente afetando os níveis lexical e morfológico. No *Last.fm* observou-se, também, na nuvem da Figura 4 abaixo, os três grupos de *tags* variáveis a seguir:



Figura 5. Nuvem de *tags* do *Last.fm*, acesso em 20 jan. 2012.

- i) bossa nova, bossa e bossanova
- ii) brasil , brazil e bresil
- iii) brasileiro, brazilian e brasilian

Interessante notar, nos termos elencados acima, variantes linguísticas que se distinguem por critérios que não são usualmente utilizados: Por exemplo, há um deslize do termo em inglês “brazilian” para “brasilian”, sendo que a troca de “z” por “s” poderia tanto representar um lapso na tentativa de escrever a *tag* em inglês ou uma hibridação entre as duas línguas em funcionamento no espaço virtual. O mesmo poderia ser visto no nível fonológico em que a *tag* “Bresil” poderia ter sido tanto uma tentativa de reproduzir a pronúncia do termo em inglês.

Ao comparar os dois sites, *Flickr* e *Last.fm*, é possível notar que no *Flickr* o grau de monitoramento estilístico dos sujeitos – que implica maior ou menor monitoramento nas escolhas linguísticas, o que é afetado por uma certa avaliação

normativa – é maior que no *Last.fm*. Na pesquisa do *Last.fm*, são recorrentes, por exemplo, *tags* formadas por gírias (*maneiro; ruim pacas*), palavrões (*foda demais; merda sonora*), frases que agregam valorações pessoais (*uia gostei disso; amo muito; gostei bastante mesmo*), palavras, expressões e frases que transgridem a norma padrão (*a-mei; legal legal; pra jogar as coisa ruim*), e palavras com sufixos de diminutivo que carregam algum tipo de valoração (*bandinhas legais*). Tais *tags* estão disponíveis para qualquer usuário que queira fazer uma descrição, uma avaliação, ou simplesmente usá-las para classificar algum outro conteúdo. A escolha dos recursos lexicais semelhante ao que ocorre na fala se deve ao fato de a escrita na Internet ser bastante peculiar. Mais especificamente nos canais de “bate-papo”, os interlocutores “são obrigados a escrever suas mensagens, ou seja, interagem, construindo um texto ‘falado’ por escrito” (HILGERT, 2000, p. 17). Assim, mesmo que escrita, “a conversação na Internet é concebida como fala, por ser essencial e intensamente dialogal, desenvolvendo-se por meio da alternância de turnos” (HILGERT, 2000, p. 26), sendo que os turnos correspondem ao que os sujeitos fazem na sua vez do ato comunicativo. Então entende-se aqui que os sujeitos parecem ter uma maior expectativa de uma ação responsiva em relação as suas *tags* ao escolherem formas lingüísticas semelhantes às utilizadas quando estão em uma situação de diálogo face a face.

Outro caso a ser ilustrado é a *tag sonzim maneiro*, onde “*sonzim*” apresenta uma variante para o diminutivo da palavra som. A troca do sufixo “inho” de “sonzinho” por “im” é recorrente quando se trata do assunto música e, além disso, observa-se uma proximidade com o dialeto mineiro. Para comprovar o sentido “musical” atribuído ao sufixo, foi feita uma busca no Google com a palavra “*sonzim*”. Foram identificadas 49.400 ocorrências, sendo grande parte delas vinculada ao universo musical. Em diálogos no MSN, por exemplo, a troca deste tipo de sufixo em diversas palavras também é bastante frequente. Outra *tag* a ser mencionada é *sonzinho tranquilim*, onde *sonzinho* segue a ortografia padrão e a variação ocorre em *tranquilim*. Já as *tags shit merda* e *merda incomcepibile* refletem a mistura de diversos idiomas, no caso inglês e português em uma mesma *tag* (*shit merda*) e o italiano (*merda incomcepibile*), possibilitada pelo contato com diversas comunidades lingüísticas nestes sites. Sobre a *tag sonzinho ambient*, que provavelmente quer dizer *sonzinho ambiente*, não é possível inferir se ela foi criada propositalmente ou se ocorreu algum erro de digitação. Este fator mostra que por ser uma prática livre, na folksonomia esse tipo de deslize pode

influenciar ou não em classificações futuras, ou seja, outros usuários poderão ou não adotar uma *tag* como esta, já que ela está disponível para avaliações e aprovações.

Abaixo, como ilustração de uma busca feita para o estilo musical sertanejo, ainda no site *Last Fm*, percebe-se uma valoração depreciativa deste gênero artístico que se materializa em formas bastante criativas de *tags*:

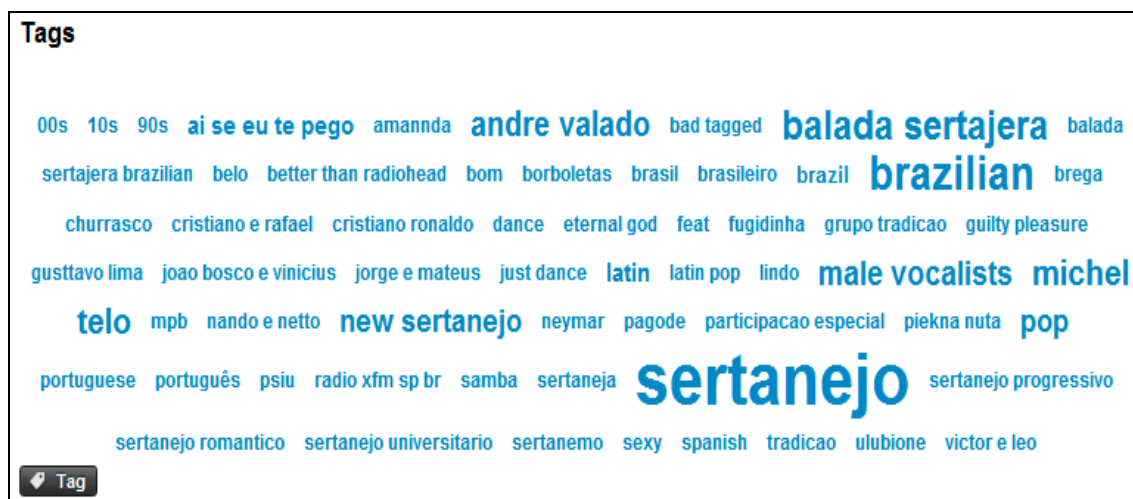


Figura 6. Nuvem de tag do Last.fm, acesso em 20 jan. 2012.

Observou-se na nuvem acima que os critérios de classificação são variados e se misturam em meio a nomes de duplas sertanejas, nomes de músicas, os subgêneros da música sertaneja, outros estilos musicais que de alguma forma se relacionam (por exemplo, pagode e samba) e até tipos de eventos em que tal estilo é tocado (a *tag* churrasco, por exemplo). No entanto, algumas *tags* podem ser incompreensíveis, sendo úteis apenas a um grupo pequeno, ou até mesmo a um único usuário. Pode-se observar também, além dos subgêneros já frequentemente utilizados como sertanejo romântico e sertanejo universitário, uma rotulação interessante, a *tag* sertanemo, que é a junção da palavra sertanejo + emo, dois estilos bem diferenciados. A palavra emo, mais do que um estilo musical, se refere a grupos de adolescentes que se identificam por meio de roupas, corte de cabelo, linguagem própria, e quanto a esses aspectos se distanciam do estilo sertanejo. No entanto, em se tratando das letras das músicas, ambos os estilos trazem temas românticos e melodramáticos, que talvez possam ser aproximados.

Nesta prática o poder circula favorecendo a liberdade de se criar novos conceitos, culminando em uma situação de embate (semântico, ideológico) entre os

termos que nem sempre expressam as mesmas avaliações. Pode haver também o embate entre os sistemas ideológicos que tendem a um fechamento dos sentidos para poder classificar algo (*tags* com definições mais cristalizadas e previsíveis) e aquilo que é social e múltiplo de sentidos (*tags* mais “criativas”). A busca pelo fortalecimento de identidades por meio da construção conjunta de significações e agregação de valores é a força propulsora de variações na língua. Assim, a estratificação linguística é

impulsionada pelas necessidades que esses falantes sentem de se comunicar melhor, de dar mais precisão ou expressividade ao que querem dizer, de enriquecer as palavras já existentes com novos sentidos (principalmente os sentidos figurados, metafóricos), de criar novas palavras para dar uma idéia mais precisa de seus desejos de interação, de modificar as regras gramaticais da língua para que novos modos de pensar e de sentir, novos modos de interpretar a realidade sejam expressos por novos modos de dizer. (BAGNO, 2009, p. 168)

A experimentação social de novas palavras, expressões, classificações, conceitos se dá na vida, no diálogo em diversos ambientes, em diversas situações da atividade humana e passa pela prova social, podendo ou não entrar para os sistemas ideológicos constituídos. Sobre a *tag* “sertanemo”, trata-se de uma invenção lexical e traz, pela junção de duas palavras representantes de estilos musicais bastante diferenciados, uma fusão linguística de grupos e identidades que ora se repelem, ora se atraem. Nota-se que há aí uma construção coletiva de conceitos e significações, que produzem a criação de um novo léxico que agrega os termos *sertanejo* e *emo*, que podem, inclusive, sinalizar para a existência de um novo estilo (musical/identitário):

as discussões sobre a natureza e autenticidade dos subgêneros musicais é discutida em múltiplas plataformas e fóruns, apontando a capacidade de um determinado grupo de desdobrar-se e negociar suas identidades em distintos locais e redes (AMARAL; AQUINO, 2008, p.3)

Na navegação feita a partir de algumas *tags* atribuídas a músicas do gênero sertanejo, observaram-se alguns comentários a respeito de algumas *tags* atribuídas como subgêneros do estilo sertanejo. Neste estilo musical são freqüentes as *tags* e comentários depreciativos, o que não significa que os indivíduos que usaram de alguma crítica depreciativa não insiram músicas deste gênero musical em suas *playlists*. A figura abaixo ilustra uma busca feita com a palavra sertanejo que nos revela as *tags* relacionadas, quais sejam, *sertaneja*, *corno music*, *caipira*, *brasil*, *brazilian*, *lixo*, *regional*, *merda* :



Figura 7. Tag *sertanejo* no Last.fm, acesso em 22 fev. 2012.

A seguir, seguem alguns dos comentários, no período de janeiro de 2009 até janeiro de 2012, deixados na Caixa de mensagens da *tag sertanejo* por usuários do Last.fm a respeito deste estilo musical:

- (i) “DETESTO MUITO”;
- (ii) “CORNO MUSIC, FACT”;
- (iii) “tags relacionadas: corno music SJSAJASISAJIASJISAJSAIJSALJSASAJAS”;
- (iv) “Tags relacionadas: corno music, lixo, merda.. kkkkkkkkk”;
- (v) “tags relacionadas: corno music”;
- (vi) “reparem como fãs de sertanejo não sabem nem taggear suas músicas”;
- (vii) “Mtu engraçado, pessoal vem aqui falar mau mas esquece q se pde ver q tpw de musica eles escutam.....e tem a musica sertaneja no playlist... hahah”;

Apenas 4 dos 27 comentários atribuíam valor positivo ao gênero sertanejo. Nota-se que a criatividade linguística possibilita, por exemplo, pela *tag corno music* criar um subgênero, que carrega um dado acento valorativo, da música sertaneja. O sexto comentário ilustra que são os próprios sujeitos que avaliam as práticas alheias de *taggear* funcionando como instâncias controladoras de discursos. Ao clicar em *corno music* há o indicativo de que ela foi criada por 38 pessoas e utilizada 119 vezes. Relacionada a esta *tag* foram encontrados apenas os três comentários a seguir, no período de fevereiro de 2009 a maio de 2011, de três usuários diferentes:

(i)“*ahhaahhahhauahauahah!!!!!!!!!! Ai*”;

(ii)“KKKKKKKKKKKKK, CORNO MUSIC. Descrição perfeita +1”;

(iii)“kkkkkkkkkk, perfeita descrição”.

Abaixo, segue a figura que ilustra a recuperação das músicas da *tag corno music*, as quais podem ser executadas clicando na rádio da *tag corno music* ou clicando nos artistas que são apresentados na mesma página abaixo das *tags* relacionadas e, além disso, na lateral direita da página aparecem também as atividades recentes de outros usuários que utilizaram a mesma *tag*:

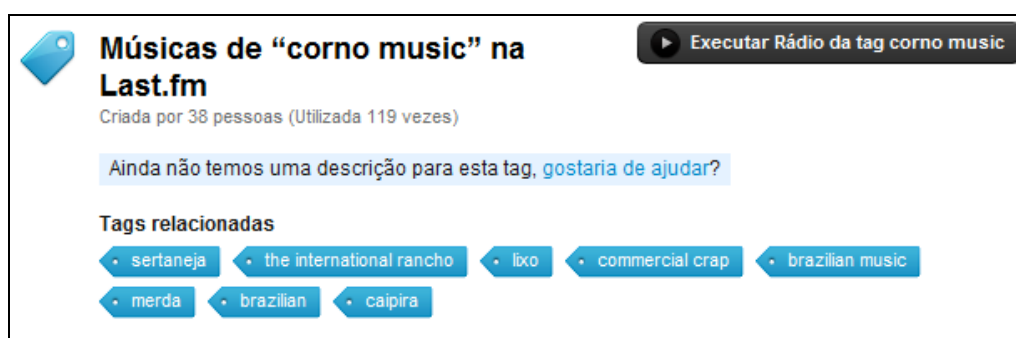


Figura 8. *Tag corno music* no Last.fm, acesso em 22 fev. 2012.

Continuando a navegação por meio das *tags*, foi escolhida a *tag lixo*, a qual aparece relacionada à *tag sertanejo* e à *tag corno music* (ver figuras 6 e 7):



Figura 9. *Tag lixo* no Last.fm, acesso em 22 fev. 2012.

Na caixa de mensagens deixadas pelos usuários observam-se comentários de aprovação e desaprovação a respeito da *tag lixo*. A seguir, alguns comentários selecionados:

- (i) “mas as tags relacionadas ficou bom AHIUASDHIAD”;
- (ii) “O único lixo aqui é essa tag.”;
- (iii) “A Tag mais idiota do Last... é uma tremenda falta de respeito, pois cada um gosta de uma coisa”;
- (iv) “BEATLES NO LIXO?????????”

Os sujeitos *taggeadores* sofrem coerções advindas dos gêneros discursivos vinculados às diferentes esferas de atividade. Por exemplo, nos sites onde a esfera artística é predominante, o tom valorativo individual é bastante usual, favorecendo também vínculos entre pessoas de mesmo gosto ou apreciações/valorações semelhantes. Já em sites que abrangem a esfera acadêmica, o mais relevante é o assunto veiculado. Nota-se, assim, que mesmo a folksonomia possibilitando uma ação mais “livre” dos usuários, ela não está ausente de algum tipo de coerção. Retomando a reflexão feita sobre as *tags* atribuídas ao livro *História da Sexualidade* de Foucault no site *Amazon*, observou-se que tais *tags* estão relacionadas mais ao campo temático em que a obra está inserida do que a um acento valorativo individual, por ser um tipo de obra mais utilizada pelos gêneros acadêmicos. Este fator ilustra que o estilo linguístico das *tags* está relacionado às esferas em que o objeto a ser *taggeado* está inserido, ou seja a sua natureza. No site *Last.fm*, este fator depende também do gênero musical, pois nos gêneros que se aproximam das esferas mais populares, como o gênero sertanejo, o acento valorativo individual é representado com maior frequência nas *tags* do que no gênero clássico, por exemplo, o qual é fortemente vinculado a uma apreciação canônica do universo musical. Um estilo de linguagem que manifeste uma apreciação valorativa individual não deve se manifestar em gêneros que requerem uma forma padronizada:

A relação orgânica e indissolúvel do estilo com o gênero se revela nitidamente também na questão dos estilos de linguagem ou funcionais. [...] Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de

enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. (BAKHTIN, 2003, P. 266).

Nas figuras abaixo, 9 e 10, pôde-se observar que a *tag musica clasica*, é mais utilizada que a *tag musica classica*. Como há forte hibridização de línguas neste *site*, alguns comentários na caixa de mensagens sugeriram que a *tag musica clasica* esteja grafada em língua espanhola. Nota-se também que a escrita das *tags* é padronizada sem a utilização de acentuação gráfica.



Figura 10. *Tag musica clasica* no *Last.fm*, acesso em 20 mar. 2012.



Figura 11. *Tag musica clasica* no *Last.fm*, acesso em 20 mar. 2012.

Na figura 10, a *tag sublime* (relacionada à *tag musica clasica*), indica que por se tratar de um *site* em que a apreciação social é predominante, mesmo em um gênero de música clássica vinculado a apreciações mais canônicas do universo musical, é possível encontrar *tags* criativas com tom valorativo que encaminham o usuário a outros estilos musicais onde é mais frequente um outro tipo de critério de classificação que não mais vinculado ao conteúdo em si, mas à apreciação/valoração:



Figura 12. Tag *sublime* no *Last.fm*, acesso em 20 mar. 2012.

Observando-se as *tags* relacionadas à *tag sublime*, *tags* como *chillin* (que significa relaxando, a qual foi atribuída, dentre outros, a estilos como reggae, rap, pop com tonalidade suave, música eletrônica e a música clássica) e *weed* (que tem o significado popular de “maconha” e leva o usuário a estilos como o rap e hip hop) agrupam *tags* que carregam conceitos de universos semânticos e valorações de diferentes grupos sociais que se formam através de identidades constituídas através de um estilo musical específico. Ao clicar na *tag glasgow* tem-se um exemplo do usuário do *Last.fm* funcionando como uma instância regulamentadora que questiona e avalia *tags*, como será ilustrado pelos comentários feitos na página da mesma, sendo o primeiro de julho de 2010 e a sua resposta de fevereiro de 2011:

- (i) “How can tags be based on a city? At least it's better than the Seen Live tag”.
- (ii) “Tags are based on a city like Glasgow because Glasgow IS music in itself...and Scotland in general: Best bands, best venues, everybody has an amazing musical culture...”

Aqui ressalta-se a questão da organização de conteúdos informacionais por meio do variável da língua como critério de validação, ou seja, privilegia-se a terminologia do usuário, que utiliza-se de seus próprios critérios de classificação, os quais são bastante variados, e também de seu próprio estilo linguístico de compor *tags*. Aliado a isso, há múltiplos fatores externos ao procedimento individual de *taggear* que funcionam como um tipo diferente de poder operando nessa prática, por exemplo: a coerção de outros indivíduos *taggeadores* que fazem avaliações críticas, a coerção do gênero discursivo

no qual se insere o conteúdo a ser *taggeado*, e também o estilo específico de composição de uma *tag* que já é próprio da prática da folksonomia.

Na página da *tag sublime* são apresentados artistas de diferentes estilos musicais que foram agrupados por esta *tag*. Além da banda chamada Sublime, foram encontrados os artistas Milton Nascimento, The Beatles, No Doubt, Bob Dylan, etc.. Isto ilustra este tipo diferente de critério de classificação, onde são agrupados os conteúdos a partir do critério valorativo individual, pois se considerássemos o critério do gênero musical em que tais artistas estão inseridos, os mesmos não seriam agrupados em uma mesma classificação. Abaixo, os três comentários encontrados no período de janeiro de 2009 a março de 2012 ilustram mais uma vez os sujeitos como instâncias regulamentadoras, que neste caso aprovam tal *tag*. Nota-se, ainda, que o primeiro usuário indica um site que define o sentido dicionarizado para a palavra “sublime”, enfatizando a idéia de que alguns dos *taggeadores* se voltam para os instrumentos normatizadores com vistas a exprimir com “maior propriedade” um conceito. Nota-se, também, que a menção do dicionário produz um efeito legitimador sobre as avaliações nos enunciados que seguem, como no caso (ii) e (iii):

(i) “I do a lot of tagging but there is only one track I've called sublime.
~~~~~<http://www.yourdictionary.com/sublime> ~~~~~”

(ii) “It's a good Word”

(iii) “This is the definitive tag”

O sujeito *taggeador* transmite seu enunciado na *tag*, assim como o falante termina seu enunciado para passar a palavra ao outro, caracterizando uma relação dialógica: “essas relações só são possíveis entre enunciações de diferentes sujeitos do discurso, pressupõe *outros*” (BAKHTIN, 2003, p. 276). Uma *tag* pode ser vista por esse prisma como uma réplica do diálogo, uma resposta a outras *tags*-enunciados, fomando uma rede infinita e dialógica de *tags*-enunciados. As *tags* são compostas por uma única palavra na maioria das vezes, mas essa palavra existe em uma relação de diálogo, com uma certa apreciação valorativa, carregada de sentidos que devem representar de alguma maneira algum conteúdo determinado, e disponível para avaliações alheias, ou seja, ela suscitará outras respostas que serão oferecidas pela compreensão de outros

*taggeadores*. A economia linguística (uma palavra ou frase curta) define o estilo de linguagem próprio da *tag*, pois não caberia em sua composição um texto relativamente grande. O usuário tenta exprimir na *tag* aquilo que um conteúdo significou para ele. Assim a *tag* é o enunciado em que o usuário sintetiza ao máximo a significação do conteúdo de acordo com o seu ponto de vista. Assim entende-se que o sujeito disse tudo o que tinha pra dizer em uma *tag*, o que define o aspecto de conclusibilidade característico das *tags*:

Essa conclusibilidade é específica e determinada por categorias específicas. O primeiro e mais importante critério de conclusibilidade do enunciado é a possibilidade de *responder a ele*, em termos mais precisos e amplos, de ocupar em relação a ele uma posição responsiva. (BAKHTIN, 2003, p.280)

Na discussão motivada pela prática da atribuição das *tags*, o diálogo nem sempre se dá de imediato entre os *taggeadores*, mas as *tags* ficam disponíveis para avaliações a qualquer momento. As possibilidades de respondê-las são: aprovando, utilizando-a ou discordando e criando outra; iniciando uma discussão, no mesmo site onde há o processo de atribuição de *tags*, sobre o tema vinculado a ela; formando um certo vínculo com um outro usuário que tenha os mesmos interesses, dentre outras. Todas essas ações responsivas se materializam em uma *tag*-enunciado qualquer e são ações movidas por relações de embate entre ideologias, identidades, pontos de vistas, grupos culturais, etc.. As relações de embate envolvem também um tipo de poder e uma força que resiste, ou seja, ora a *tag* se abre para múltiplas significações por meio de forças centrífugas próprias da ideologia do cotidiano, ora se fecha a uma significação cristalizada por meio de forças centrípetas que exercem algum tipo de coerção através das instituições sociais e discursos normatizadores fundamentados em ideologias já constituídas.

#### 4 PALAVRAS FINAIS

Notou-se que a folksonomia, apesar de favorecer a criatividade dos sujeitos ao classificar conteúdos, não está livre de forças de poder coercitivas. A coerção advém de diferentes e variadas instâncias, como o gênero discursivo onde o conteúdo a ser *taggeado* se insere, a finalidade ideológica de um determinado *site*, seja ela mercadológica, artística ou acadêmica, e dos próprios sujeitos que também estão inseridos em alguma esfera de atividade, pertencentes a grupos socialmente organizados

e que carregam seus próprios pontos de vista. Todos estes aspectos afetam o estilo de linguagem utilizado nas *tags*. Para Bakhtin, as convenções sociais são configuradas em meio a uma intersubjetividade, pois o outro tem papel decisivo na formulação e compreensão das enunciações: a palavra é uma ponte lançada entre os sujeitos em diálogo (BAKHTIN, 1997). Tais convenções são configuradas nas infra-estruturas sócio-econômicas dos diversos níveis da ideologia do cotidiano que se relacionam reciprocamente com os sistemas ideológicos oficiais já institucionalizados. Em função da infra-estrutura, as relações sociais evoluem modificando as formas de interação verbal diretamente ligadas a elas que se refletem lentamente nas mudanças do sistema lingüístico. No momento da enunciação, os sujeitos se dirigem a um certo horizonte social de uma época, o qual não é estático. Fora do horizonte social da ciência, da arte, do direito, da moral, em uma certa época seria quase impossível que este sujeito produzisse algum enunciado compreensível, dado que a compreensão só é possível na consciência constituída por signos ideológicos, processo que não é passível de se realizar por um sujeito totalmente isolado. Portanto, o sujeito tem que fazer parte do horizonte social de sua época para ser sujeito ativo no diálogo. Mesmo que não haja um interlocutor determinado no momento do diálogo, há, ao menos, um interlocutor médio do auditório social do qual o locutor faz parte.

Já, para Foucault, para uma ideia ser aceita como sendo verdade, esta deve estar vinculada à *episteme* de uma época. Por exemplo, no momento em que a religião deixa de regular a produção discursiva e a ciência passa a configurar a *episteme* de uma época, esta se torna a grande força legitimadora dos discursos. Mendel, por exemplo, “era um monstro verdadeiro, o que fazia com que a ciência não pudesse falar nele”, ou seja, suas proposições discursivas não se enquadravam no horizonte teórico da biologia, já Schleiden, “negando, em pleno século XIX, a sexualidade, vegetal, mas conforme as regras do discurso biológico, não formulava senão um erro disciplinado” (FOUCAULT, 2009, p. 35).

Como mencionado, nessa Era da Informação, as partes mais importantes da atividade de trabalho “tornaram-se essencialmente tarefas humanas: sentir, julgar, criar, desenvolver relacionamentos” (STEWART, 2004, p. 47). Em um outro contexto, o das práticas colaborativas na Web 2.0, os sujeitos podem se expressar “livremente” ao mesmo tempo em que “colaboram” com algum tipo de conteúdo. Nesta prática é possível ao sujeito criar, julgar e transformar os conceitos por meio do ato ético e

responsivo, ou seja, por meio do oferecimento de respostas e contrapalavras aos enunciados que os interpelam, conforme proposto pela noção de ética nos trabalhos de Bakhtin. É claro que esse agir responsivo não significa que não haja relações de poder, mas indica que essas relações se tornaram mais dinâmicas e frouxas. O poder, nesse contexto, assume novas configurações. Os sujeitos não têm como escapar do contexto em que estão inseridos, pois mesmo que não se pronunciem explicitamente, estão respondendo a algo no mundo, pois constantemente sua consciência está avaliando, interagindo, reagindo, se transformando. Assim, diariamente em todos os campos da atividade humana, os sujeitos estão agindo responsivamente. A partir disso, quais são os meios da ação responsiva e valorativa na sociedade atual? Sem dúvida, não há como escapar das relações e transformações proporcionadas pelos usos da Internet. Este é o contexto do sujeito contemporâneo. Então, como pensar o sujeito na contemporaneidade? De que maneira o agir responsivamente se dá nas relações sociais mediadas pela Internet? Sobre o conceito de ética e responsabilidade, Sobral (2005, p. 104) comenta: “O ato responsável ou ato ético, envolve o conteúdo do ato, o processo do ato, e unindo-os, a valoração/avaliação do agente com respeito ao seu próprio ato.” E ainda, segundo Severo e Paula,

a ética não se vincula a um sistemas de normas e regras imposto unilateralmente sobre os sujeitos, mas trata da vida real e cotidiana, estando o ‘dever’ vinculado ao evento único e singular do mundo da vida, sempre aberto e, por isso, espaço de circulação do poder e da liberdade. Assim, a ética pensada à luz das idéias de responsabilidade e responsividade é apenas possível em um mundo de liberdade e de possibilidades abertas, ou seja, a dimensão política (as relações de poder e de liberdade) é condição para o exercício ético (SEVERO; PAULA, p. 128, 2010).

Segundo Foucault, o funcionamento do Estado moderno se caracterizou pelo uso de tecnologias do poder disciplinar, para controlar e tornar produtiva a população. O poder disciplinar é um tipo de poder exercido pelo aparato técnico das instituições e age ao mesmo tempo sobre a população em geral e sobre cada indivíduo em particular. Assim, o poder está presente em todos os ambientes em cada ação da atividade cotidiana pois ele opera nas diversas relações entre os indivíduos produzindo individualidades:

Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. (FOUCAULT, 1995, p. 235)

Deleuze (1990 *apud* BUZATO; SEVERO, 2010, p. 11) chama a sociedade atual de sociedade de controle, em que as formas de controle assumem uma dinâmica contínua e com base na prevenção. Como exemplo desse controle contínuo que se estende como uma “coleira eletrônica” de vigilância, pode-se mencionar um caso recente, divulgado no site Uol em março de 2012, de que empresas e escolas nos Estados Unidos estão solicitando a candidatos a empregos e estudantes a sua senha e login do Facebook para terem total acesso a seus perfis. Em resposta, o Facebook divulgou em 23 de março de 2012 uma nota oficial assinada pela chefe de política de privacidade Erin Egan condenando essa prática<sup>18</sup>; além disso, senadores dos Estados Unidos investigam a legalidade dessa prática com base na constituição federal do país. Atualmente, aliada a essa nova forma de poder de controle, que atua rastreando as condutas dos indivíduos com o uso das novas tecnologias, ainda opera sobre nossa sociedade a tecnologia do poder disciplinar, que registra e estoca continuamente as informações:

se nas sociedades disciplinares o poder opera individualizando, atribuindo uma assinatura e um CPF, nas sociedades de controle, a palavra-chave é a cifra (a senha), que permite ou não o acesso às informações e às circulações dos sujeitos. A transformação tecnológica que caracteriza a passagem de uma sociedade para outra (de máquinas energéticas para máquinas de informática) implica também uma mudança no capitalismo (da produção para os serviços) e nas formas de funcionamento do poder (de uma certa disciplina – longa, infinita e descontínua – para o controle – curto, ilimitado e contínuo). (BUZATO, SEVERO, 2010, p. 11)

Voltando-se agora para uma época anterior, para Arendt (*apud* SEVERO; PAULA, 2010, p.175), nos espaços públicos da *polis* antiga, “os indivíduos, através de suas ações e seus discursos, respondiam, replicavam, assumiam seus pontos de vista, afirmavam suas identidades e enfrentavam o que era dito ou feito”. Atualmente, há um novo *locus* para a fala pública: a Internet onde há espaço para o ato responsivo, para a escolha e afirmação de identidades, exposição pública de pontos de vista, avaliações, suscitando transformações. Um dos aspectos críticos de diferenciação entre o passado e o presente, é que na Internet os indivíduos podem comunicar pontos de vista, fazer julgamentos, responder a algo sem necessariamente se revelar diante dos outros. Desta forma, os pontos de resistência podem não ser facilmente localizados. Evidentemente, o fato dos sujeitos não precisarem se revelar tem suas implicações políticas e éticas, na

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://extra.globo.com>. Acesso: 29 mar 2012.

medida em que essa possibilidade de agir “escondido” não obriga os sujeitos a assumir publicamente a responsabilidade por seus atos e avaliações. No entanto, mesmo que se oculte a relação do indivíduo com sua identidade e com seu corpo físico, o que interessa ao poder estratégico que circula na Internet é a possibilidade de rastrear conteúdos, sentidos, desejos e relacionamentos. Assim, os indivíduos podem se afirmar em uma identidade pela construção de um personagem, sem a necessidade de ligar essa identidade construída a um corpo físico.

Embora a Internet potencialize as escolhas e circulações dos sujeitos, em um espaço de liberdade mais amplo, isso não significa que não haja relações de poder. Os discursos em torno da Web 2.0 geralmente se referem a ela como um espaço totalmente livre e democrático, como se não houvesse uma outra forma de circulação do poder. Buzato e Severo (2010) dizem que há uma compreensão generalizada do poder vinculado ao modelo de poder jurídico que reforça a crença de que a prática da liberdade só é possível onde o poder impositivo não opera:

Essa sensação de liberdade como ausência de um poder-jurídico parece explicar, pelo menos em parte, a maneira pela qual as pessoas falam e expõem tão facilmente informações sobre suas vidas privadas e seus corpos nos sites de relacionamento, nos repositórios de vídeos, nos blogs e outros espaços sociais mediados pela Web 2.0. Paradoxalmente, é também ao poder jurídico que se necessita recorrer, na maioria das vezes, sem o resultado esperado, quando se deseja "deletar" o registro dessa exposição. (BUZATO; SEVERO, 2010, p.6)

Na web 2.0, resistir à exposição online da privacidade deixando de participar das redes sociais na Internet não parece ser a maneira mais eficaz de resistência dado que grande parte dos indivíduos com os quais se convive relaciona-se por meio delas. Como um tipo de resistência, os sujeitos podem se tornar os próprios controladores dos discursos a fim de expor somente aquilo que não lhes é prejudicial. Assim, o poder começa a operar de uma outra maneira na Web 2.0 por meio do controle dos sujeitos sobre seus próprios discursos e sobre os discursos do outros: “trata-se de uma vigilância mais generalizada, horizontal e mútua, a qual implica que o olho que tudo vê também por todos é visto” (BUZATO; SEVERO, 2010, p. 10). Assim o poder não se localiza na figura de um soberano, mas se dilui entre todos os usuários da web e na ideia de “sistema” configurado pelas ferramentas relacionais da Internet.

À luz desses conceitos, cabe questionar frontalmente a ideia de que a Web 2.0 seria um grande espaço público, democrático, onde tudo pudesse ser dito, sem grandes formas de controle e censura dos discursos. Isso porque, se na



Web 2.0, ao mesmo tempo em que o poder-prazer opera incitando e induzindo as pessoas a circular, o poder disciplinador opera registrando cada movimento, informação e contato, e estocando essas informações de tal forma que, mesmo quando o usuário se desliga do sistema, esse "conteúdo" não é levado consigo. (BUZATO; SEVERO, 2010, p. 9)

Já vimos que é a partir da compreensão inerente à interação dialógica dos sujeitos que é possível a ação responsável e responsiva na vida. Segundo Bakhtin, a palavra é o elemento mais indicativo das transformações sociais e, uma vez posta em diálogo, se abre para múltiplas significações. Assim, os três filósofos - Foucault, Bakhtin e Arendt - tratam “de uma postura ética que se realiza pela assunção de uma posição de resposta à vida, [...] pela capacidade de pensamento e julgamento” (SEVERO; PAULA, 2010, p.177). Atualmente, motivados pelos novos meios de comunicação, os sujeitos estão podendo agir mais criativamente em um espaço de grande visibilidade pública, mesmo que não presencial. As ações na Internet repercutem rapidamente em novas ações, aumentando a circulação do poder e, conseqüentemente, os pontos de resistência que podem propiciar novos focos de mudanças:

Os pontos de resistências não são estanques, mas móveis e transitórios, visto que o poder não é estático, mas opera circulando de forma heterogênea e desigual. E esses pontos tornam-se *locus* de transformações e mudanças sociais, ideológicas, subjetivas etc., (SEVERO; PAULA, 2010, p.180)

Diferentemente, na sociedade movida essencialmente por um poder repressor, as possibilidades para a criatividade e para a escolha de novos modos de ser sofrem maior cerceamento. Mas, ainda assim, há espaço para a resistência, para mudança: “para Foucault, a possibilidade da novidade reside nos atos discursivos ou não discursivos de resistência” (SEVERO; PAULA, 2010, p. 179). Tanto para Arendt quanto para Foucault a idéia de liberdade se vincula à:

capacidade dos indivíduos de promover mudança, seja pela realização de ações criadoras e inovadoras, dentro do espaço político (Arendt); seja pela possibilidade de os sujeitos construírem suas vidas como uma “obra de arte”, identificando, avaliando, selecionando, escolhendo ou rejeitando os diversos modos de subjetivação. (SEVERO; PAULA, 2010, p.176)

Por fim, este trabalho teve como meta localizar possíveis meios para esses pontos de resistência, tendo focalizado as práticas lingüístico-discursivas possibilitadas pela ferramenta da folksonomia como *locus* de mudanças sociais, inclusive de mudanças no interior de *epistemes* tradicionais (como aquelas pautadas na

representação). A Internet oferece múltiplas possibilidades de resistência aos sistemas ideológicos institucionalizados, pois disponibiliza ferramentas que viabilizam o ato criativo, embora essa mesma disponibilização não seja gratuita e ausente de poder:

nota-se que a engrenagem que faz a Web 2.0 funcionar eficientemente é política, na medida em que: (i) incita incessantemente a circulação e a proliferação de discursos e informações; (ii) registra cada movimento e dados dos usuários; (iii) produz saberes e verdades (personas) que acabam direcionando desejos e modos de ser; (iv) produz a sensação de ser vigiado e a possibilidade de vigilância lateral contínua, majorando os efeitos do panóptico<sup>19</sup> e da sociedade disciplinar. (BUZATO; SEVERO, 2010, p.11-12)

Pela folksonomia, a organização de conteúdos se dá pelos julgamentos realizados pelos próprios usuários das *tags*, o que reflete uma ação responsiva e ética na Web. Sendo, para Bakhtin, a palavra o indicativo mais sensível das mudanças sociais, o diálogo propicia o ato responsivo e criativo dos sujeitos a partir de uma compreensão ativa dos enunciados pronunciados. Por meio da compreensão ativa e do exercício da liberdade é possível fazer escolhas, expressar pontos de vista, avaliar atos e enunciados alheios, se firmar em uma certa identidade em meio a um embate entre poder e resistência às condutas institucionalizadas de subjetivação. Atualmente a sociedade valoriza a criatividade e o compartilhamento de saberes, assim a informação é o seu principal insumo, pois possibilita novas invenções. Em nossa sociedade atual, a produção em massa não é mais o elemento principal. Na Internet não é possível pensarmos apenas em uma tecnologia do poder disciplinar que age pela vigilância, pela sanção normalizadora e pelo exame,

trata-se, por um lado, de pensar a Internet operando segundo uma mesma lógica da sociedade disciplinar analisada por Foucault a partir do século XVIII. Por outro lado, há uma forma de funcionamento de poder que parece escapar do modelo disciplinar tradicional – pelo menos na sua versão de confinamento e de poder institucional– configurando, pela sobreposição e interconexão de espaços (redes), uma outra engrenagem política. (BUZATO; SEVERO, 2010, p. 11)

A folksonomia abarca palavras com conteúdo ideológico advindo de qualquer campo, veiculado por falantes de diversas regiões, com diferentes propósitos, mas que se identificam por compartilharem um mesmo interesse e que avaliam e discutem

---

<sup>19</sup> Essa tecnologia do poder centrada na vigilância teve como um de seus marcos a invenção do panóptico, por Bentham, uma estrutura arquitetônica que tinha em seu centro uma torre (de onde tudo pretensamente se via) rodeada de uma construção dividida em celas e vazada dos dois lados (para dentro e para fora da construção) por janelas, de forma que a luminosidade pudesse favorecer a observação do sujeito interno, que poderia ser um louco, delinquente, doente, estudante, etc. O panóptico caracterizaria as sociedades modernas disciplinares [...] (BUZATO; SEVERO, 2010, p.9)

possíveis formas de categorização de seus objetos de interesse. As *tags* são formas específicas de enunciados, formadas de palavras simples ou compostas, ou mesmo frases, e uma de suas funções principais é a organização colaborativa e personalizada dos conteúdos on-line. No entanto, por mais que seja possível a criatividade, a classificação social ainda sofre coerções ideológicas que envolvem o conteúdo a ser classificado e os sujeitos *taggeadores*. Além do estilo vinculado a uma certa finalidade, aspectos de uma identidade podem ser revelados no estilo de *taggeador*, o que propicia a expressão de uma individualidade pelas *tags*-enunciado. No entanto, não são todas as situações comunicativas que viabilizam a expressão livre do sujeito enunciativo. A posição de onde ele fala, os seus pontos de vista, a sua memória discursiva estão imersas em situações comunicativas específicas em cada época, atividade ou campo de saber. Segundo Bakhtin (2003), as condições menos propícias para a expressão da individualidade estão presentes nos gêneros discursivos ou ideologias oficiais que elaboram formas padronizadas. Um vocabulário controlado e a representação do bibliotecário se fundamentam nessas formas padronizadas e visam um cerceamento da individualidade da interpretação deste profissional. A organização das informações segundo um procedimento tradicional classificatório não pode ser considerada neutra, pois envolve processos ideológicos de compreensão e avaliação dos sujeitos em relação às informações classificadas e organizadas: “considerando que a representação do conhecimento consiste em uma tomada de decisão constante e que, por dever de ofício, deve ser defensável, reflexões acerca dos problemas éticos nesse universo são imprescindíveis” (MILANI; GUIMARÃES, 2011, s. p.). Já na classificação propiciada pelas ferramentas da Web 2.0, como não é realizada por profissionais, mas sim pelos próprios sujeitos que usam determinada informação, os aspectos éticos no tocante aos elementos culturais envolvidos nos conteúdos informacionais já são abarcados pelos próprios usuários ao rotularem e organizarem as informações de seu interesse. Os sujeitos podem negociar os sentidos na atribuição das *tags* por meio dos fóruns de discussão disponibilizados nos *sites*; assim, se o usuário não concordar com uma *tag* pode expressar sua opinião ou simplesmente atribuir uma outra *tag* que esteja de acordo com seus próprios valores. A questão que se coloca é se as *epistemes* tradicionais estariam prontas para serem desestabilizadas por essas práticas, como a folksonomia, possibilitadas pela Web 2.0.

Atualmente, na Era da Informação, as visões de mundo se tornaram cada vez

mais híbridas e interdisciplinares, assim, as fronteiras entre saberes estão cada vez mais “escorregadias” e flexíveis. O que se encaixa em uma categoria, por exemplo, pode perfeitamente ser colocado em outra, ou pode não se encaixar em nenhuma delas por ser algum tipo de manifestação nova em torno da qual ainda não se formou um saber. As tecnologias de informação são responsáveis por facilitar as trocas instantâneas de conhecimento por indivíduos de culturas diferentes e, assim, contribuir para essa flexibilidade. E se o poder para Foucault necessariamente produz saberes, discursos, identidades, verdades etc., resta identificar as especificidades das relações de poder na Web 2.0 que possibilitaram a emergência de outros saberes e discursos, de uma *episteme* com uma outra configuração.

Se é verdade que a sociedade de controle vai se configurando ao mesmo tempo em que a sociedade disciplinar dá sinais de esgotamento, a Web 2.0 talvez seja o melhor instrumento de "visualização" de que dispomos no momento para entender como isso se dá, e como se podem configurar novas formas de resistência, novos espaços de liberdade e modos de subjetivação que, afinal, não existem onde não há poder, seja qual for o tipo de sociedade em questão. (BUZATO; SEVERO, 2010, p.12)

Na Era da Informação, percebe-se que os diversos campos de atividade humana apresentam as noções de colaboração em redes sociais, então as relações de poder estão cada vez mais assumindo essa configuração dinâmica e fluida, conforme nos apresenta Foucault com a sua noção de poder. A partir disso, as transformações suscitam discursos que fundamentam e se fundamentam em uma nova prática e que se estendem para outros campos de atuação humana. Daí, então, se compreende como e porque esta noção de colaboração, na qual usuários e profissionais atuam juntos na representação temática, vem sendo aceita e tão explorada também no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Trata-se de uma mudança de *epistemes*? As regras que definem os discursos de verdade estão mudando ou estão se tornando mais sutis e menos coercitivas?

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. Universidade Federal de Santa Catarina, *Encontros Bibli*, n. 15, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/147/14701503/14701503.html>>. Acesso em: 16 jan. 2012.
- ALVARES, L; ARAÚJO, R. H. Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. *TransInformação*, Campinas, 22, 3, p. 195-205, set./dez., 2010. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=26>>. Acesso em: 16 janeiro, 2012.
- AMARAL, A.; AQUINO, M. C. *Práticas de folksonomia e social tagging no Last.fm*. 2008. Disponível em: <[http://www.inf.pucrs.br/ihc2008/pt-br/assets/files/Praticas\\_Folksonomia\\_Social\\_Tagging\\_Lastfm.pdf](http://www.inf.pucrs.br/ihc2008/pt-br/assets/files/Praticas_Folksonomia_Social_Tagging_Lastfm.pdf)> Acesso em: 18 jun. 2010.
- AQUINO, M. C. Hipertexto 2.0, folksonomia e memória coletiva: um estudo das tags na organização da web. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, ago. 2007. Disponível em: < [www.compos.org.br/e-compos](http://www.compos.org.br/e-compos)>. Acesso: 20 jul 2010.
- AQUINO, I. J.; CARLAN, E.; BRASCHER, M. B. Princípios classificatórios para a construção de taxonomias. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 3, n.3, p. 196-215, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3626/2744>>. Acesso em: 12 fev. 2011
- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929). São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Estética da Criação Verbal* (1979). 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRANDT, M.; MEDEIROS, M. B. B.. Folksonomia: esquema de representação do conhecimento? *TransInformação*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-121, mai/ago 2010. Disponível em: < <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=322> >. Acesso em: 16 jan 2012.
- BUZATO, M. K.; SEVERO, C. G. Apontamentos para uma análise do poder em práticas discursivas e não discursivas na web 2.0. In: *Encontro do CELSUL*,9, Palhoça, SC. *Anais...*Palhoça, SC: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Marcelo%20Buzato.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- CAMPOS, M. L. A. C.; GOMES, H. E. Organização de domínios de conhecimento e os princípios rangenathianos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.8, n.2, p. 150-163, jul./dez. 2003.

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CATANI, A. M. O que é capitalismo. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- \_\_\_\_\_. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas (1966)*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Universitária, 1995a.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir (1975)*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GALDO, A.; VIERA, A. F. G.; RODRIGUES, R. S. Classificação social da informação na web: tecnologia, informação e gente. *Datagramazero*, v. 10, n.6, nov./dez., 2009. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez09/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/dez09/Art_03.htm)>. Acesso: em 10 fev. 2011.
- GRACIOSO, L. S. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v.1, n.1, p. 138-158, 2010. Disponível em: [http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/11/InCIDv1\\_n1\\_2010-Art08](http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/11/InCIDv1_n1_2010-Art08). Acesso em: 1 nov. 2011.
- GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1128>>. Acesso em: 1 nov 2011.
- HILGERT, J. G. A construção do texto “falado” por escrito: a conversação na internet. In: PRETI, Dino (org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP, 2000.
- HEARST, M. A.; ROSNER, D. Tag Clouds: Data Analysis Tool or Social Signaller? In: *Hawaii International Conference on System Sciences*, 41, Big Island, Hawaii, jan. 2008. Disponível em: <http://flamenco.berkeley.edu/papers/tagclouds.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2011.
- KATO, D.; SILVA, G. *Folksonomia: características, funcionamento e aplicações*. Disponível em : <<http://biblioteca.terraforum.com.br/BibliotecaArtigo/artigo-david-gledson.pdf>>. Acesso em : 22 de agosto 2010.
- LABOV, W. *Padrões sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LOPES, I. L. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 41-52, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a05v31n1.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.
- LUCAS, C. R. *Leitura e interpretação em biblioteconomia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- MACHADO, R. *Foucault: a ciência e o saber (2007)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar, 2009.

MACULAN, B. C. M. S. *Taxonomia facetada navegacional: construção a partir de uma matriz categorial para trabalhos acadêmicos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. Disponível:

[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID-8LAN5K/1/maculan\\_taxonomia\\_facetada\\_navegacional.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID-8LAN5K/1/maculan_taxonomia_facetada_navegacional.pdf). Acesso em: 6 jan. 2012.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. Chaves. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, fev. 2011. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev11/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/fev11/Art_04.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2012.

NOVO, H. F. A taxonomia enquanto estrutura classificatória: uma aplicação em domínio de conhecimento interdisciplinar. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 4, n.2, p. 131-156, set. 2010. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4103/3409>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

NOVO, H. F.; CAMPOS, M. L. de A. Taxonomias de domínios interdisciplinares: uma experiência com a área de Geoquímica Ambiental. In: VIII ENANCIB - *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--102.pdf>>. Acesso em: 8 jan 2012.

OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, jan./jun.2007.

ORTEGA, C. D. A documentação como uma das origens da ciência da informação e base fértil para sua fundamentação. *BJIS*, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-35, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <[http://dgz.org.br/out04/F\\_I\\_art.htm](http://dgz.org.br/out04/F_I_art.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2012.

PEREIRA, E. C.; BUFREM, L. S. Princípios de organização e representação de conceitos em linguagens documentárias. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n. 20, p. 21-37, 2005. Disponível em <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/sumario.htm>>. Acessado em: 1 nov 2011.

PIEIDADE, M. A. R. *Introdução à Teoria da Classificação*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

POMBO, O. *Da classificação dos seres à classificação dos saberes*. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>. Acesso em: 3 ago 2010.

QUINTARELLI, E. *Folksonomies: power to the people*. In: ISKO Italy- UniMIBmeeting. Milan, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.iskoi.org/doc/folksonomies.htm>>. Acesso em: 20 junho 2010.

- RABELLO, R. A dimensão categórica do documento na ciência da Informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.131-156, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p131/17767>> Acesso em: 16 jan 2012.
- RANGANATHAN, S. R. *Prolegomena to library classification*. Bombay: Ásia Publishing House, 1961.
- RUFINO, Airtiane. Folksonomia: novos desafios do profissional da informação frente às novas possibilidades de organização de conteúdos. In: *Encontro nacional de estudantes de biblioteconomia, documentação, ciência da informação e gestão da informação*, 32, Rio de Janeiro . Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009. Disponível em: <[www.unirio.br/cch/eb/enebd/comunicacao\\_Oral/eixo3/folksonomia.pdf](http://www.unirio.br/cch/eb/enebd/comunicacao_Oral/eixo3/folksonomia.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2010.
- SALDANHA, G. S. Entre a Retórica e a Filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. In: *Ciência da Informação e Documentação*. Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 47-67, jan./jun. 2011.
- SEVERO, C. S.; PAULA, A. C. *No mundo da linguagem: ensaios sobre identidade, alteridade, ética, política e interdisciplinaridade*. São Carlos: Pedro e João, 2010.
- SOBRAL, A. Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- SPITERI, L. F. Structure and form of folksonomy tags: The road to the public library catalogue. *Webology*, v. 4, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.webology.ir/2007/v4n2/a41.html>>. Acesso em: 19 mai. 2010.
- STEWART, T. A. *Capital intelectual: a vantagem competitiva das empresas*. 10 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G. de. Interfaces between linguistics, terminology and documentation. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 3, n. 2, p. 58-74, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/361>>. Acesso em: 15 fev. 2011.
- TRISTÃO, A. M. D.; FACHIN, G. R. B.; ALARCON, O. E. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n.2, mai./ago. 2004. Disponível em: <[http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:ES\\_zAReETBIJ:scholar.google.com/+tesauro+cdu&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:ES_zAReETBIJ:scholar.google.com/+tesauro+cdu&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)>. Acesso em: 16 jan. 2012.
- VIEIRA, D. V.; CARVALHO, E. B.; LAZZARIN, F. A. Uma proposta de modelo baseado na Web 2.0 para as Bibliotecas das Universidades Federais. In: *IX ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/2053.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2012.